Relatório e Contas 2018

JOGOS SANTA CASA

uma boa aposta

O Departamento de Jogos

Indíce

Mensagem do Provedor **05**

1. O Nosso Ano em Números 07

2. Quem Somos 09

Cronologia 10
História e Missão 13
Valores e Visão 16
Onde Estamos 18
Partes Interessadas 19

3. Os Nossos Jogos 23

4. Compromissos e Responsabilidades 27

4.1 Responsabilidade na oferta de jogo 28
Jogo Responsável, um Compromisso Diário 29
Segurança e Risco 33
Salvaguarda do Património das Famílias 35
RGPD, uma mudança de paradigma 37

4.2 Nós e a Sociedade 38
Retorno à Sociedade 39
Parcerias com impacto 51
#Recomeçar, um fundo que foi uma boa aposta! 66
Reconhecimentos 67
Nós e os *Media* 68

4.3 Inovação e Modernização 70

5. Resultados 72

5.1 Rendimentos 73
5.2 Gastos 78
5.3 Resultados 81

6 . Demonstrações Financeiras 84

Balanço 85
Demonstração dos resultados por naturezas 86

Demonstração das alterações no capital próprio ... 87
Demonstração dos fluxos de caixa ... 88

Anexo ... 89

1. Introdução ... 90
2. Referencial contabilístico de preparação das demonst. financeiras ... 92
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória ... 93
4. Principais políticas contabilísticas ... 94
5. Fluxos de caixa ... 110
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contab. e erros ... 111
7. Ativos fixos tangíveis ... 111
8. Ativos intangíveis ... 114
9. Participações financeiras – outros métodos ... 115
10. Outros investimentos financeiros ... 116
11. Inventários ... 123
12. Mediadores ... 124
13. Estado e outros entes públicos ... 125
14. Outros créditos a receber ... 126
15. Diferimentos – gastos a reconhecer ... 128
16. Fundo social ... 129
17. Outras variações no capital próprio ... 129
18. Resultados ... 132
19. Provisões ... 134
20. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros ... 136
21. Prémios a pagar ... 139
22. Fornecedores ... 140
23. Outras dívidas a pagar ... 141
24. Diferimentos – rendimentos a reconhecer ... 143
25. Rédito ... 144
26. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas ... 146
27. Fornecimentos e serviços externos ... 147
28. Gastos com o pessoal ... 148
29. Outros rendimentos ... 149
30. Outros gastos ... 150
31. Juros e rendimentos similares obtidos ... 150
32. Juros e gastos similares suportados ... 151
33. Compromissos ... 151
34. Matérias ambientais ... 152
35. Partes relacionadas ... 153

Mensagem do Provedor

O Relatório de Gestão e Contas 2018 do Departamento de Jogos revela o impacto do retorno à sociedade do montante despendido com apostas nos Jogos Santa Casa. Esse valor correspondeu a 97,5% do total das vendas, as quais atingiram 3.097 milhões de euros em 2018.

Pela primeira vez na história do Departamento de Jogos da SCML foram devolvidos à sociedade mais de 3 mil milhões de euros, destinados às áreas da ação social, saúde, desporto (em particular, desporto escolar), cultura, proteção civil e promoção da cidadania e da igualdade. Acresce que também

as Regiões Autónomas viram reforçados os montantes que lhes são atribuídos.

Por outro lado, as cerca de 5 mil mediações dos jogos sociais, espalhadas por todo o território nacional, auferiram remunerações que permitiram assegurar 16 mil postos de trabalho – um relevante contributo para a dinamização das economias locais e a promoção da coesão social. De salientar ainda que, em 2018, foram atribuídos mais de 220 milhões de prémios, os quais totalizaram 1,9 mil milhões de euros.

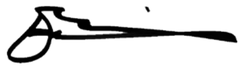
Ao longo do ano foram ainda reforçadas as parcerias com impacto, decorrentes de uma estratégia de atribuição de patrocínios que promove o desporto como atividade inclusiva e potenciadora de um estilo de vida saudável. Nesta sede, destaca-se a atribuição das "Bolsas de Educação Jogos Santa Casa", programa iniciado em 2013 e no âmbito do qual foram concedidas 216 bolsas a atletas, num apoio que representa mais de 600 mil euros.

Para assegurar a atividade do Departamento de Jogos, revela-se crucial reforçar a relação com Apostadores e Mediadores, assim como melhorar a experiência de jogo e o seu cariz de entretenimento, apostando na inovação e na investigação e desenvolvimento.

Na área da inovação, o ano de 2018 ficou marcado pelo lançamento do *QR Code* para realização das apostas do Placard. Mantendo a necessidade de apresentação e registo junto de um Mediador dos jogos sociais, mas dispensando o preenchimento de boletins em papel, introduziu-se uma medida geradora de impactos positivos significativos na redução de consumos e custos, assim como na diminuição da pegada ecológica.

Por último, importa assinalar a conclusão do processo de "Certificação em Jogo Responsável", atribuída pela *European Lotteries* e pela *World Lottery Association*, um reconhecimento internacional do continuado empenho da Santa Casa na promoção de hábitos de jogo moderado e na prevenção de jogo excessivo, domínios que norteiam as várias dimensões da gestão do Departamento de Jogos.

A Mesa da SCML manifesta o seu agradecimento a todos os colaboradores, cujo empenho e dedicação permitiram alcançar os resultados positivos ora apresentados.



Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Edmundo Martinho

1 O nosso ano em números

Colaboradores

351

Retorno à Sociedade

97,5%

das vendas brutas

Prémios Atribuídos por Semana

36

milhões de euros

(média)

Nº de Prémios Pagos

220

milhões

Vendas Brutas

3.097

milhões de euros

Apostas Registadas

1.681

milhões

Downloads App JSC e App Placard

513

mil

Valor Médio por Registo de Apostas

2,43

euros

Nº de Utilizadores Registados

715

mil

(site e App JSC)

Pontos de Venda

4.895

Resultados Distribuídos

733

milhões de euros

Prémios Atribuídos

1.881

milhões de euros

2 Quem somos

Cronologia

1783

Nasce
a **Lotaria Nacional.**

1784

Realiza-se a **1ª extração da Lotaria Nacional.**

1961

É lançado o 1º jogo de apostas mútuas desportivas do país: o **Totobola.**

1984

É **inaugurado o Edifício Totobola**, na Rua da Taipas, em Lisboa.

1985

Nasce o **Totoloto.**

1987

Realiza-se a 1ª **extração da Lotaria Popular.**

1991

É criado o Departamento de Jogos para gerir, em nome do Estado, os jogos "cometidos à Misericórdia de Lisboa".

1994

É lançado o Joker, jogo adicional associado ao Totoloto e ao Totobola.

1995

Surge a Lotaria Instantânea, que ficaria, mais tarde, conhecida por "Raspadinha".

2001

É introduzido um **sistema de apostas em tempo real** na rede de mediadores e **é inaugurado o Contact Center.**

2004

Nascem os "**Jogos Santa Casa**", a marca e identidade comercial do Departamento de Jogos.
É ainda o ano do **1º sorteio do Euromilhões e do lançamento do novo canal de apostas: o portal Jogos Santa Casa (www.jogossantacasa.pt)**

2010

É criada a **marca comercial Raspadinha**.

2011

São introduzidos os **2os sorteios semanais do Euromilhões e do Totoloto**.

2013

A **Raspadinha é disponibilizada online**, no Portal Jogos Santa Casa.

2015

Mudança de sede do Departamento de Jogos para a Avenida da Liberdade, em Lisboa.
É lançado o PLACARD, o primeiro jogo de apostas desportivas à cota, na rede de mediadores.

2016

É **lançado o M1LHÃO** e a **APP Jogos Santa Casa.**

2017

O Joker é suspenso e o Totobola alvo de remodelações. **A APP Jogos Santa Casa passa a integrar a Raspadinha.**

2018

Atribuição de **novos níveis de certificação em Jogo Responsável** pela *EL* e *WLA*. Passa a ser possível **apostar no PLACARD através de um *QR Code*.**

História e Missão

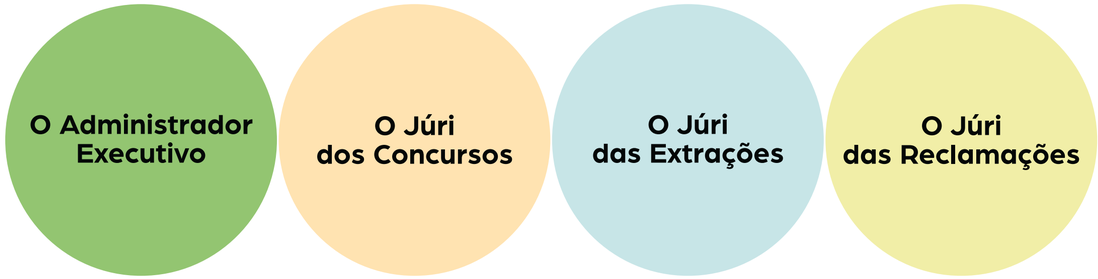
1783. Uma Carta Régia, datada de 8 de novembro e assinada por D. Maria I, dá início à História secular dos jogos sociais do Estado em Portugal. Mas a nossa história não começa apenas no dia em que nasce a Lotaria Nacional, há 235 anos atrás.

Importa regressar a 1498, ano em que por iniciativa de outra rainha – D. Leonor –, é criada a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Orientada pelas suas 14 obras espirituais e corporais de misericórdia, há mais de cinco séculos que a instituição zela por aqueles que mais necessitam, no cumprimento das Boas Causas que orientam diariamente o seu trabalho, assumindo em permanência o alargamento da sua missão original, com uma intervenção na sociedade cada vez mais ampla e adequada no tempo.

Graças à sua conceituada reputação e reconhecida Obra Social, a Misericórdia de Lisboa viu-lhe ser atribuída a responsabilidade de explorar o primeiro jogo social do Estado português: uma lotaria. Criada com o intuito de gerar receitas para o Hospital Real, para a Casa dos Expostos e para a Academia Real das Ciências, a Lotaria Nacional viria a transformar-se na pedra basilar da exploração dos jogos sociais do Estado. Foi também com esta Lotaria que a relação de confiança entre o Estado português e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) teve o seu início, uma relação de confiança que se mantém até hoje e que garante à nossa secular e reconhecida Misericórdia de Lisboa, a "instituição mãe", a exploração dos jogos sociais do Estado, em regime de exclusividade, para o território nacional.

É com o objetivo de explorar os jogos sociais, em nome e por conta do Estado, bem como proceder à distribuição dos respetivos resultados de exploração aos beneficiários previstos na lei que, diariamente, trabalhamos no Departamento de Jogos.

Quatro **Órgãos** compõem, estruturam e escrutinam o nosso trabalho enquanto Departamento Estatutário da Misericórdia de Lisboa:



Dispomos de orçamento e contas próprias (anexos ao orçamento e contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) e apresentamo-nos à sociedade, desde 2004, através de uma marca comercial representativa de todos os jogos sociais.

JOGOS SANTACASA
uma boa aposta

É com este nome, e sob a imagem do nosso reconhecido trevo que prosseguimos, diariamente, a **Missão** que nos foi confiada de explorar os jogos sociais em nome e por conta do Estado, garantindo o cumprimento da política nacional de jogos definida, contribuindo para a satisfação dos apostadores e criando valor, que devolvemos à sociedade, através do financiamento das despesas de natureza social.

Através dos prémios atribuídos aos apostadores e da distribuição dos resultados a um lato conjunto de beneficiários (com atuações tão dispares como a ação social, a saúde, o desporto ou a cultura), entre outras formas de redistribuição, garantimos o retorno à sociedade do dinheiro investido nos nossos jogos.

Valores e Visão

O nosso papel de relevo na sociedade não se prende, no entanto, apenas com a redistribuição das verbas aplicadas em jogo. Através de uma rede de proximidade, disponibilizamos aos apostadores de todo o país uma oferta moderada e atrativa de jogos e prevenimos o chamado "jogo problemático".

Com baixos valores de apostas, mecânicas simples e diversos níveis de prémios, a gestão dos nossos produtos tem, obrigatoriamente, em conta uma Política de Jogo Responsável que visa garantir escolhas informadas e apostas seguras para os nossos apostadores, que procuram nos jogos sociais do Estado, acima de tudo, uma atividade lúdica e divertida.

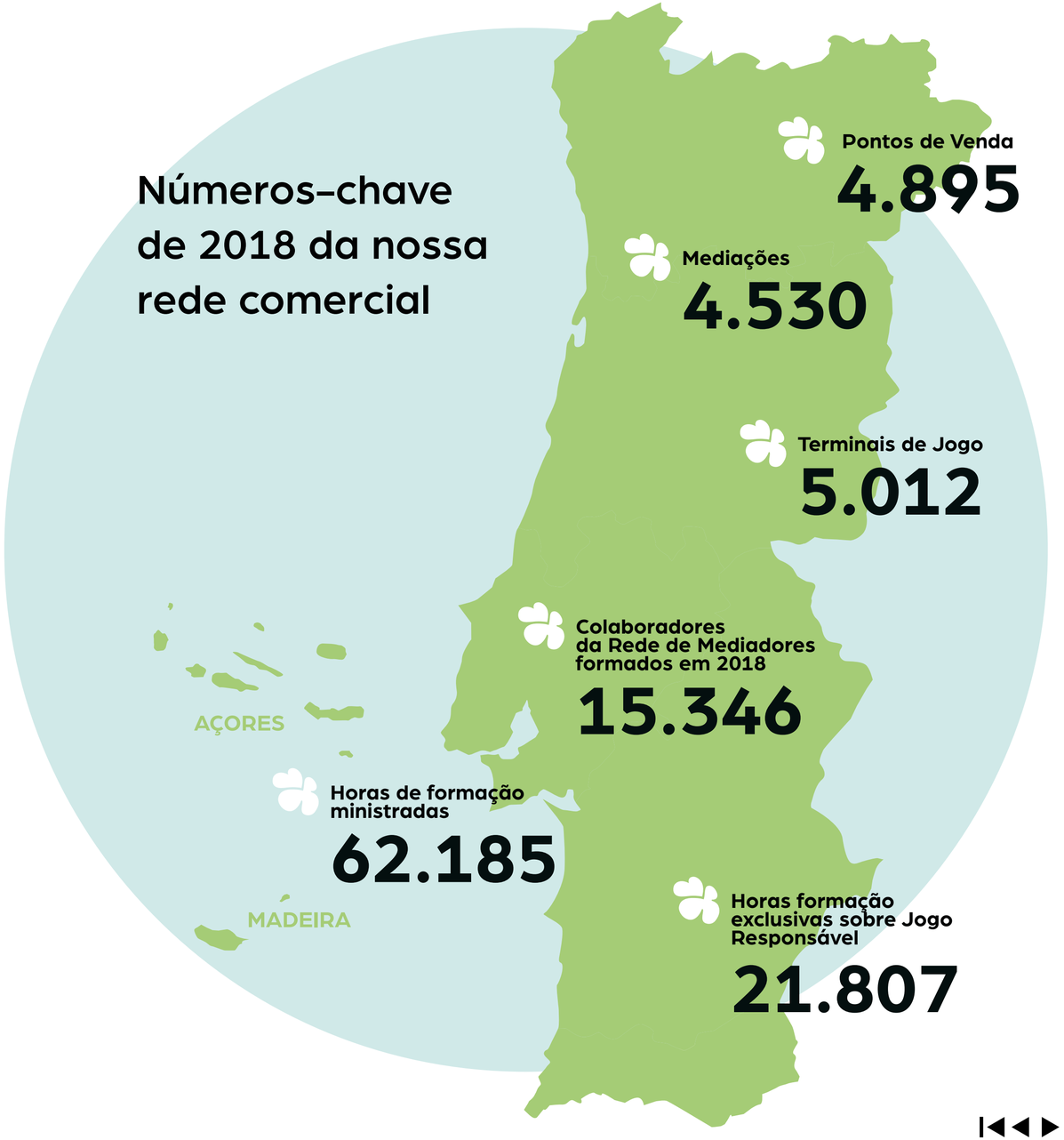
Alicerçados nesta política, nos anos de experiência e nos **Valores** que fazem parte do nosso ADN, a realidade atesta que os nossos jogos sociais são os preferidos dos apostadores portugueses. E é com o empenho e compromisso daqueles que trabalham, ininterruptamente, nesta nossa missão e que demonstram uma vontade quotidiana de inovar, estudar e antecipar os desafios que surgem com maior frequência num mercado em constante evolução, que assim nos conseguiremos manter na vanguarda.

Representamos uma marca que simboliza o sonho e a sorte de todos os que, por entretenimento, escolhem apostar nos nossos jogos em busca da concretização dos seus sonhos. E que, simultaneamente, apoiam de forma decisiva as Boas Causas que nos regem há séculos! Somos e queremos continuar a ser o que sempre fomos: uma boa aposta! Esta é a nossa **Visão.**

Onde Estamos

Com milhares de pontos de venda em funcionamento, a nossa marca encontra-se dispersa por todo o país, cimentando assim uma presença relevante no panorama nacional da atividade do jogo a dinheiro.

Nos últimos anos, a atividade económica dos pontos de venda Jogos Santa Casa tem-se mantido associada, sobretudo, a duas áreas distintas – a restauração e as papelarias/tabacarias.



Partes Interessadas

Apostadores

São aqueles que decidem tentar a sua sorte, aliando o entretenimento à concretização dos seus sonhos, com uma aposta nos jogos sociais do Estado.
Os apostadores são a energia impulsionadora da nossa missão e é para e por eles que comunicamos e desenvolvemos, diariamente, uma atividade responsável e segura, cientes da confiança que em nós depositam sempre que escolhem apostar nos nossos jogos.
Os últimos estudos de mercado realizados apresentam uma distribuição bastante equitativa no que respeita ao seu género – aproximadamente 50% são homens e 50% são mulheres –, com uma representação ligeiramente maior no segmento entre os 35–54 anos de idade.

Mediadores

Sem eles, o nosso "negócio" não faria sentido. Distribuídos por todo o território nacional (continente e ilhas), representam uma rede com 4.895 pontos de venda e que contribui de forma fundamental para a concretização da missão do Departamento de Jogos, bem como para a promoção de hábitos de Jogo Responsável. Contando com uma autorização administrativa para o exercício da atividade de mediação, estes têm uma participação vital no momento da aposta.

Colaboradores

Diariamente asseguram, de forma rigorosa e responsável, o sucesso da missão que nos move. Nas inúmeras ações e dinâmicas internas em que participam, reforçam o seu sentimento de identificação e afinam conhecimentos para melhor enfrentarem a complexidade crescente da nossa atividade. Dos 351 colaboradores em 2018, 61% são homens e 39% são mulheres.

Beneficiários

São entidades públicas que desenvolvem atividade em todo o território português e em áreas de reconhecido valor social. A promoção da educação, o combate à pobreza e à exclusão social, o apoio à proteção civil, o combate à violência doméstica, o investimento em projetos especiais e em infraestruturas de apoio, entre outras de ordem social, são apenas algumas áreas que, a par da saúde, da cultura, do policiamento de espetáculos desportivos e da promoção do desporto escolar, marcam e definem a ação dos nossos inúmeros beneficiários. Os resultados líquidos dos jogos sociais do Estado são integralmente distribuídos pela lista de beneficiários legalmente definidos.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Com uma missão secular, a Misericórdia de Lisboa dedica-se, há 520 anos, às Boas Causas, desenvolvendo a sua ação em áreas tão diversas como a ação social, a saúde, o património, o ensino, o empreendedorismo social ou a cultura. Parte integrante da lista de beneficiários dos jogos sociais do Estado, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa cabe, em regime de exclusividade, a exploração em todo o país, dos jogos sociais a ela confiados pelo Estado.

Fornecedores

Selecionados ao abrigo da Lei da Contratação Pública, nacionais ou estrangeiros, fornecem-nos bens e serviços no mais estrito respeito pelos requisitos normativos que são o alicerce dos sistemas de certificação pelos quais nos regemos, nomeadamente o Sistema de Gestão da Segurança e da Informação.

Estado

Reconhecendo a idoneidade e a integridade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Estado atribui à nossa instituição, através do seu Departamento de Jogos, a exploração dos seus jogos sociais.
Com esta atribuição, faz recair sobre a Misericórdia de Lisboa a responsabilidade de pugnar pela proteção dos apostadores (especialmente dos grupos mais vulneráveis) e de combater a criminalidade associada ao jogo a dinheiro, através de uma gestão responsável do seu portefólio de jogos.

A Tutela

A nossa atividade é regulada pelo Governo, cabendo a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao membro do Governo que superintende a área da Segurança Social.

...

Parceiros Internacionais

Mantemos um relacionamento próximo com os nossos "pares" internacionais. Entre a "Lotaria Portuguesa" – como somos conhecidos internacionalmente – e as nossas lotarias congéneres, a partilha de conhecimento e das melhores práticas do mercado é uma constante. De forma a reforçar ainda mais estes laços e a melhorar os procedimentos, que não raras vezes merecem o elogio dos nossos parceiros, fazemos parte, desde a criação de cada uma, de quatro grandes e distintas associações internacionais de Lotarias:

EL
(European State Lotteries and Toto Association) – criada em 1983, é uma organização europeia de lotarias que reúne instituições, com e sem fins lucrativos, que operam em nome do Estado.

CIBELAE
(Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado) – criada em 1988, agrega as Lotarias de Estado dos países ibero-americanos e tem como objetivo promover a troca de experiências e saberes úteis à gestão e comercialização de jogos.

WLA
(World Lottery Association) – criada em 1999, reúne Lotarias de Estado de mais de 80 países e tem o desígnio de promover e defender os interesses do nosso setor de atividade.

GLMS
(Global Lottery Monitoring System) – criada em 2015 pela WLA e pela EL, é uma associação de lotarias de estado, atualmente com 31 membros, com o objetivo de detetar e analisar apostas desportivas suspeitas que possam pôr em causa a integridade das competições desportivas.

3 Os nossos Jogos

lotaria popular
Nome:
LOTARIA POPULAR
Data de Nascimento:
10/03/1987 (1ª EXTRAÇÃO)
Família:
Lotarias (LOTARIA NACIONAL)
Vendas de 2018
23 Milhões de Euros
Novidades de 2018
Deslocação das extrações semanais para a Sala da Sorte, na sede do Departamento de Jogos

raspadinha
Nome:
LOTARIA INSTANTÂNEA "RASPADINHA"
Data de Nascimento:
31/07/1995 (1º JOGO)
Família:
Lotarias (LOTARIAS INSTANTÂNEAS)
Vendas de 2018
1.594 Milhões de Euros
Novidades de 2018
Lançamento de uma nova família de jogos: "Rápido"

lotaria clássica
Nome:
LOTARIA CLÁSSICA
Data de Nascimento:
01/09/1784 (1ª EXTRAÇÃO)
Família:
Lotarias (LOTARIA NACIONAL)
Vendas de 2018
46 Milhões de Euros
Novidades de 2018
Numa lógica de proximidade,a extração de Natal acontece fora da histórica Sala de Extrações

totoloto
Nome:
TOTOLOTO
Data de Nascimento:
30/03/1985 (1º SORTEIO)
Família:
Apostas Mútuas (LOTOS)
Vendas de 2018
97 Milhões de Euros
Novidades de 2018
9 primeiros prémios atribuídos
euromilhões
Nome:
EUROMILHÕES
Data de Nascimento:
08/10/2004 (1º SORTEIO)
Família:
Apostas Mútuas (LOTOS)
Vendas de 2018
708 Milhões de Euros
Novidades de 2018
3 apostadores portugueses premiados no sorteio da Chuva de Milionários
2 novos excêntricos
M1LHÃO
Nome:
M1LHÃO
Data de Nascimento:
30/09/2016 (1º SORTEIO)
Família:
Apostas Mútuas (ADD ON)
Vendas de 2018
97 Milhões de Euros
Novidades de 2018
2 eventos especiais que geraram 13 milionários;
Mais de 100 milionários desde o lançamento

totobola
Nome:
TOTOBOLA
Data de Nascimento:
24/09/1961 (1º SORTEIO)
Família:
Apostas Mútuas Desportivas
Vendas de 2018
6 Milhões de Euros
Novidades de 2018
Realização de uma média
de 26 concursos anuais (antes 16)

PLACARD
Nome:
PLACARD
Data de Nascimento:
09/09/2015 (1º EVENTO)
Família:
Apostas Desportivas à Cota
Vendas de 2018
527 Milhões de Euros
Novidades de 2018
Apostas por QR Code, com 5 novos
tipos de apostas exclusivas;
Hóquei em patins;
"Jogo do dia"

4 Compromissos e Responsabilidades

4.1

Responsabilidade na Oferta de Jogo

Jogo Responsável, um Compromisso Diário

Falar em Jogo Responsável é falar num conjunto de medidas e ferramentas preventivas que permitem tomar decisões conscientes sobre o ato de apostar.

2018 foi o ano em que o nosso trabalho e empenho no reforço da Política de Jogo Responsável voltou a ser reconhecido a nível internacional. Detendo os requisitos mais exigentes da indústria de jogo a dinheiro, a certificação em Jogo Responsável da *European Lotteries* (EL) é uma das mais reputadas certificações nesta matéria, tendo-nos sido atribuída em fevereiro, fruto da nossa contínua aposta no desenvolvimento desta temática, com ações de sensibilização e disponibilização regular de informação importante aos nossos apostadores e outros stakeholders, com o intuito de promoção de hábitos de jogo a dinheiro salutares.

E graças a este importante reconhecimento internacional, conseguimos ainda obter, por equivalência , o nível mais elevado de certificação que a *World Lottery Association* (WLA) atribui aos seus membros.

Certificação em Jogo Responsável atribuída por:

A investigação sobre os hábitos de jogo a dinheiro e outras matérias associadas à temática do Jogo Responsável continua a ser uma das nossas preocupações. Depois de, em 2017, realizarmos um inquérito *online* sobre este tema, em 2018, focámos a nossa atenção na preparação dedicada e ponderada dos estudos futuros com vista a aferir conclusões importantes para a gestão do nosso negócio.

Na procura de mais conhecimento sobre este assunto demos continuidade, em 2018, à nossa participação em vários seminários, conferências e congressos, com vista à partilha de conhecimentos e experiências com diversos *players* deste mercado (investigadores, profissionais de saúde, outros operadores de jogo a dinheiro, etc.).

Neste campo destacamos a **participação** em três fóruns distintos:

› Seminário Anual de Responsabilidade Social Corporativa da *EL* e da *WLA*: Realizado em Lisboa, no início de setembro, esta iniciativa juntou 140 participantes, oriundos de 40 países. A organização deste seminário contou ainda com a participação ativa e o apoio do Departamento de jogos, enquanto lotaria de Estado do país anfitrião.

› Jornadas pela Segurança da SCML: Organizámos e apresentámos, em julho, uma sessão de esclarecimento sobre Jogo Responsável, para público interno e externo, inserida na terceira edição das Jornadas pela Segurança da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

› III Congresso do SICAD: Promovido pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), tivemos uma participação ativa e especialmente dedicada a medidas e práticas de Jogo Responsável, neste congresso realizado entre 25 e 27 de junho, no CCB, em Lisboa.

2018 fica ainda marcado por uma atividade regular na análise rigorosa de requisitos de jogo responsável, particularmente associados ao marketing e à publicidade dos nossos jogos, a qual visou reduzir ao máximo eventuais impactos negativos na sociedade. Neste âmbito, foram avaliadas quase duas centenas de maquetes de diferentes produtos do nosso portefólio destinadas a diversos meios publicitários.

Permitindo-nos determinar desde a necessidade de alteração de conteúdos gráficos, de mensagens e/ou das mecânicas sugeridas nas maquetes avaliadas, esta é claramente uma ferramenta interna útil e importante para garantir que todos os nossos produtos e campanhas a eles associados estão em conformidade com os princípios de Jogo Responsável.
Por telefone, em aparições na TV ou através do nosso portal ou da nossa rede de mediadores, os meios variam mas o objetivo é sempre o mesmo: informar com clareza e regularidade, assim como sensibilizar os nossos apostadores e o público em geral para a temática do Jogo Responsável.

Para além do questionário de autoavaliação de hábitos de jogo a dinheiro e das **recomendações e ferramentas de proteção do apostador** que é possível encontrar no nosso *microsite* de Jogo Responsável – http://jogoresponsavel.jogossantacasa.pt/ –, e que disponibilizamos de forma permanente, também o aconselhamento especializado a pessoas com eventuais problemas com o jogo faz parte das nossas responsabilidades.
Através da Linha de Apoio JOGO RESPONSÁVEL, resultante de uma parceria entre a Santa Casa e o Instituto de Apoio ao Jogador, possibilitamos a apostadores, familiares e amigos a análise do seu perfil enquanto apostador dos jogos sociais. A partir do mesmo, são transmitidas algumas recomendações que podem culminar, em caso de necessidade, no encaminhamento para os profissionais do Serviço Nacional de Saúde.

Linha de Apoio JOGO RESPONSÁVEL
214 193 721 linhadeapoio@iajpt.eu

	2016	2017	2018
N.º total de contactos recebidos	189	227	262
(dos quais) **N.º total de contactos alvo de apoio psicológico**	76	117	135

Por outro lado, de forma a proteger alguns apostadores (para quem o jogo a dinheiro deixou de constituir uma diversão e passou a ser um problema), em 2018 reforçámos os mecanismos de autoexclusão já existentes que visam permitir aos apostadores, por iniciativa própria, inibirem-se da possibilidade de efetuar apostas, nomeadamente no jogo do Placard e em todos os nossos jogos disponibilizados através dos canais digitais:

› A autoexclusão do Placard: um processo administrativo que funciona por desativação (no sistema de jogo) do NIF dos apostadores que a solicitem diretamente ao Departamento de Jogos, e que é válida por um período mínimo de 180 dias. No final de 2018 verificavam-se 92 autoexclusões ativas;

› A autoexclusão do Portal Jogos Santa Casa (www.jogossantacasa.pt): processo automático, através do qual os apostadores podem requerer diretamente no portal a suspensão da sua conta, também por um período mínimo de 180 dias. No final de 2018 verificavam-se 330 autoexclusões ativas.

Com vista a aferir a robustez destes mecanismos, foi determinada a realização de uma auditoria interna para confirmar a segurança de todos os procedimentos de tratamento de pedidos de autoexclusão. Foi também no ano passado que registámos os primeiros pedidos de revogação de autoexclusões efetivadas, depois de decorrido o período mínimo de 180 dias.

A **formação** continua a ser uma das nossas principais preocupações no que ao Jogo Responsável diz respeito. É assim natural que, no ano transato, tenhamos dado continuidade às ações de formação inicial, dedicadas a novos colaboradores, e que todos os trabalhadores do Departamento de Jogos tenham sido alvo de novas ações de formação ao longo do ano, as quais visaram essencialmente reforçar conhecimentos nesta matéria.

2018 foi ainda dedicado a estudar e a desenvolver metodologias de formação alternativas, em conjunto com outras áreas orgânicas, para implementação em 2019.

Também os nossos mediadores receberam formação em Jogo Responsável, sendo esta temática uma presença assídua dos programas de formação destinadas a este público. Para lá dos conteúdos habituais, demos ainda especial enfâse aos esclarecimentos a prestar a apostadores sobre a ferramenta de autoexclusão do Placard.

No total, foram realizadas 22 mil horas de formação sobre esta temática.

Segurança e Risco

A segurança, em sentido lato, tem sido uma prioridade do Departamento de Jogos, bem como de toda a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com aplicação transversal de medidas a todas as áreas de atuação.

O Departamento de Jogos tem o seu Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), certificado desde 2004, num processo de melhoria contínua e permanente implementação dos controlos de segurança decorrentes das normas internacionais.

O SGSI está subordinado às necessidades e objetivos do negócio tendo em consideração o contexto externo e interno da organização, bem como as necessidades e expetativas das partes interessadas, reforçando assim o modelo de exploração dos jogos sociais do Estado.

Tendo por desígnio contribuir para a transparência e a integridade das operações, a proteção da informação, a conformidade legal e a preservação da imagem e reputação da SCML e do seu Departamento de Jogos, o SGSI é um instrumento de gestão que promove a implementação dos normativos legais, de onde se destacam o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Com a recente entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados, foram implementadas as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados dos apostadores e premiados, bem como de todos e quaisquer titulares de dados.

Prosseguindo a promoção de uma cultura de prevenção neste âmbito, sustentada em elevados padrões de ética e de integridade, em 2017, foi aprovada e encontra-se vigente a Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo na Santa Casa.

No ano de 2018 foi criada uma caixa interna de correio eletrónico que possibilita a todos os colaboradores, de forma anónima, a comunicação de situações que possam constituir eventuais violações à atual lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Ainda neste âmbito, como medida de informação e sensibilização, realizámos ao longo de 2018 várias ações de formação interna específica e integrámos conteúdos na formação a mediadores.

Noutra vertente, o Departamento de Jogos, em estreita articulação com as autoridades e entidades nacionais e com a rede internacional resultante da ratificação da Convenção sobre a Manipulação de Competições Desportivas (Convenção Macolin), promovida pelo Conselho da Europa, aplica um sistema de controlo e gestão de risco que integra as melhores práticas para a promoção da integridade do desporto e da ética desportiva.

Em 2018 foram desenvolvidos novos modelos de análise de risco para o lançamento de novos jogos e novos sistemas de exploração. Foi ainda implementado um novo modelo de acompanhamento dos jogos e principais competições desportivas, como o Mundial de Futebol.

Salvaguarda do Património das Famílias

"Um pequeno dispêndio para um grande sonho" mantém-se como princípio na forma como queremos que os apostadores encarem a sua aposta nos nossos jogos.

Trata-se de um entretenimento descomprometido e de uma prática de dimensão eminentemente social, quer na resposta ao hábito humano de jogar, quer no impacto da redistribuição que lhe está inerente.

A avaliação do montante que os portugueses despendem em jogos sociais do Estado e do que este dispêndio pode representar no orçamento familiar é uma preocupação constante no Departamento de Jogos, com reflexos efetivos na forma como determina a sua estratégia de exploração dos jogos. Nesta medida, fatores como o tipo e as modalidades de jogo disponibilizados, os canais de oferta e o preço das apostas são equacionados não apenas para maximizar os rendimentos obtidos, mas para dar cumprimento à prevenção do jogo excessivo e à salvaguarda do património das famílias.

A sustentabilidade dos montantes gerados para as Boas Causas passa, sobretudo, pela capacidade de gerir de forma eficiente os recursos empregues na atividade de exploração do jogo a dinheiro e não pela promoção de um aumento de procura desequilibrado em relação à capacidade de consumo dos apostadores no seu conjunto.

O rendimento disponível das famílias evoluiu positivamente em 2018, dado o impacto do aumento do salário mínimo e do crescimento do emprego, tendo proporcionado um crescimento do consumo privado em ritmo semelhante e na ordem dos 2,3%, de acordo com as últimas projeções do Banco de Portugal[1].

Com base nesta projeção, a despesa líquida das famílias em jogos sociais (gasto em apostas deduzido do valor pago em prémios, líquido de imposto do selo) medida em percentagem do rendimento disponível mantém-se abaixo de 1%, sem evolução significativa face aos níveis registados nos últimos anos.

Num quadro de indicadores económicos genericamente favoráveis ao crescimento do mercado do jogo a dinheiro e de um ano de consolidação de atividade dos Jogos Santa Casa – após sucessivos anos de alargamento da oferta, de expansão da rede comercial e de canais digitais de aposta –, a procura manteve, em 2018, o seu comportamento pró-cíclico, tendo os nossos jogos registado um crescimento de vendas (2,3%), em linha com o crescimento económico nacional desse ano (que se projeta[2] ter sido de 2,1% face a 2017).

Neste último ano enraizaram-se junto dos apostadores os jogos mais recentes, com especial destaque para o Placard, tendo sido introduzidas melhorias na experiência de jogo que permitiram consolidar a base de apostadores. Registou-se, assim, um aumento do valor despendido por registo, que passou de 2,36 euros em 2017 para 2,43 euros em 2018, o que, não obstante esta oscilação, representa o segundo montante mais baixo dos últimos cinco anos.

[1] Dados do Banco de Portugal, Boletim Económico – dezembro/2018
[2] Idem

RGPD, uma mudança de paradigma

2018 trouxe novas exigências no tratamento e armazenamento de dados.

Com a entrada em vigor, a 25 de maio, do novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), todas as organizações públicas e privadas tiveram de aplicar as novas diretivas previstas neste código, e o Departamento de Jogos não foi exceção.

Atendendo ao forte impacto na vida das empresas e das entidades públicas que o novo RGPD iria implicar, empenhámo-nos na preparação máxima dos nossos recursos humanos, através da realização de formação eletrónica intensiva e de participação obrigatória, para nos certificarmos que todos estavam aptos a trabalhar sob este novo paradigma.

Complementarmente, promovemos ações de sensibilização (no mesmo âmbito e nos mesmos moldes), tendo ainda realizado sessões de esclarecimento internas que, inseridas nas nossas Jornadas de Segurança, visaram dar a conhecer um pouco melhor os moldes de aplicação deste novo RGPD em toda a instituição.

4.2 Nós e a Sociedade

Retorno à Sociedade

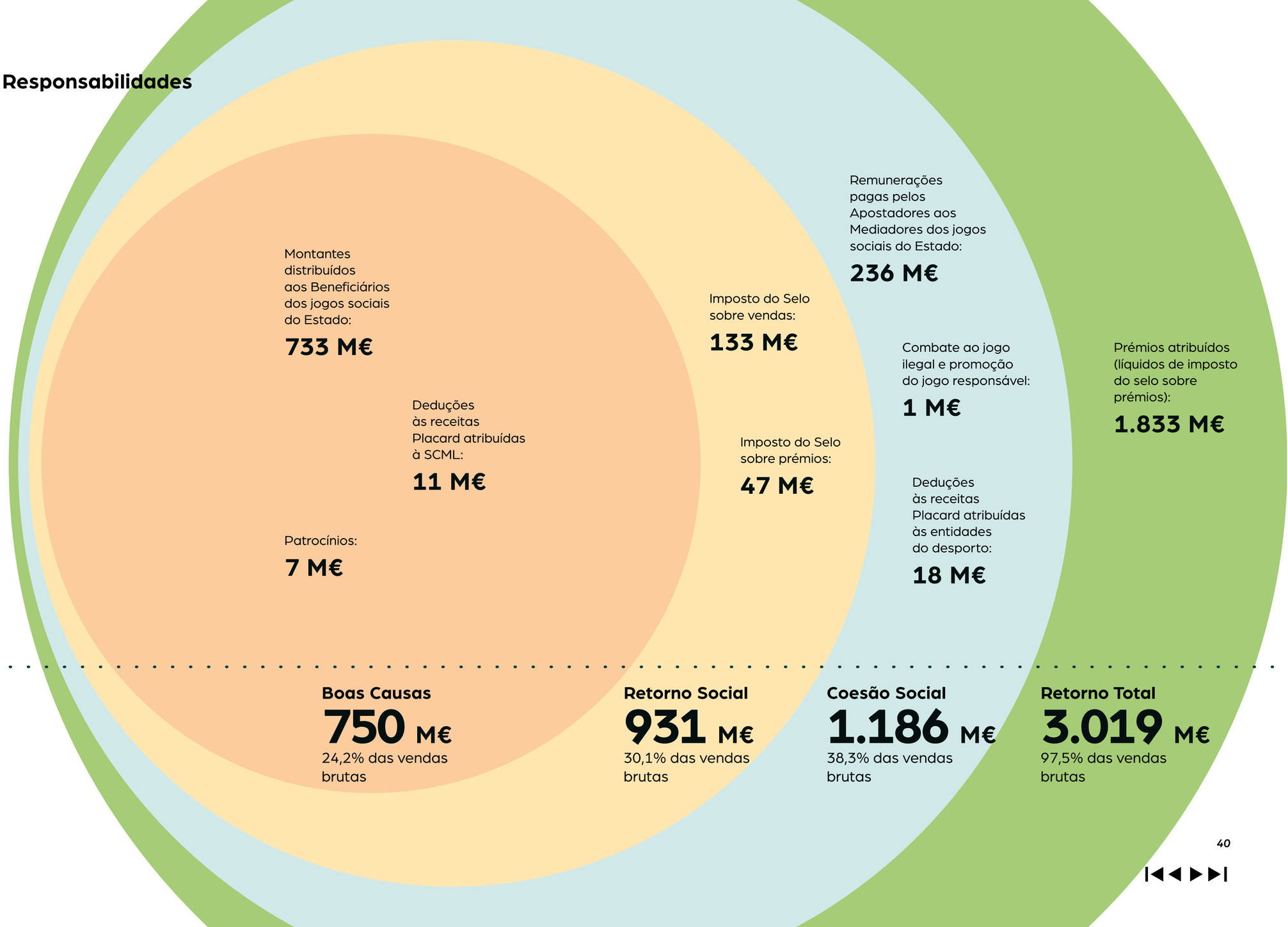
Mantivemos em 2018 uma trajetória de crescimento, aumentando os resultados obtidos e, consequentemente, os montantes de retorno à nossa sociedade.

O montante total de retorno à sociedade gerado no último ano foi de 3.019 milhões de euros, representando 97,5% das vendas brutas de jogo.

Os montantes gerados superaram, assim, os de 2017 em 72 milhões de euros, valor superior ao do aumento das vendas brutas, que foi de 69 milhões de euros, o que, em grande medida, só se tornou possível através dos exigentes níveis de eficiência que têm vindo a ser adotados no desenvolvimento da atividade do Departamento de Jogos.

A sociedade beneficia do dinheiro devolvido pelos Jogos Santa Casa sob a forma de prémios, remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, imposto do selo que incide sobre as vendas e sobre os prémios, resultados distribuídos aos beneficiários, deduções legais sobre as vendas brutas para promoção do desporto, patrocínios e investimento na promoção da legalidade e do Jogo Responsável.

Este retorno é estratificado de acordo com as finalidades a que diretamente se destinam os montantes gerados e com a forma como se redistribuem.



Boas Causas
750 M€
24,2% das vendas brutas

Retorno Social
931 M€
30,1% das vendas brutas

Coesão Social
1.186 M€
38,3% das vendas brutas

Retorno Total
3.019 M€
97,5% das vendas brutas

Boas Causas

Em 2018 foram destinados 750 milhões de euros ao financiamento de boas causas. Mais 17 milhões de euros do que o registado em 2017, refletindo assim um acréscimo de 2,3%.

Resultados Distribuídos

Neste ano foram distribuídos aos beneficiários dos jogos sociais do Estado 733 milhões de euros provenientes dos resultados de exploração dos nossos jogos.

Às entidades a quem são distribuídos os resultados da nossa atividade de exploração compete aplicar os montantes recebidos em fins que consubstanciam as políticas sociais do Estado, entre as quais se contam o apoio social aos idosos, famílias, crianças e jovens mais carenciados, às pessoas portadoras de deficiência e vítimas de violência, bem como na promoção e valorização da cultura, na melhoria da qualidade educativa, no incremento das atividades desportivas e no combate às dependências.

A 10 de abril entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 23/2018, com efeitos a janeiro deste ano, o qual veio alterar as parcelas de repartição dos resultados líquidos dos jogos sociais, com particular destaque para o aumento dos montantes a atribuir às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Deduções às receitas das apostas desportivas à cota de base territorial (Placard) atribuídas à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

No ano passado, e de acordo com o estabelecido na legislação que aprova o regime jurídico da exploração das apostas desportivas à cota de base territorial, foi atribuído à Misericórdia de Lisboa o montante de 11 milhões de euros, correspondente à parcela que lhe cabe da receita do Placard.

Patrocínios

Os patrocínios atribuídos em 2018 ascenderam aos 7 milhões de euros. No que à estratégia dos mesmos diz respeito, estes mantiveram-se fiéis à adotada nos últimos anos, de apoio ao desporto, ao talento desportivo e aos grandes eventos desportivos nacionais, reforçando, assim, o posicionamento e a notoriedade dos Jogos Santa Casa como a marca que mais apoia o desporto em Portugal.

Retorno Social

Ao financiamento direto das boas causas acresce o montante entregue ao Estado sob a forma de Imposto do Selo, constituindo-se, com estes valores, o que designamos de retorno social e que, no ano transato, foi de 931 milhões de euros.

O Imposto do Selo gerado pelos jogos sociais do Estado atingiu, aproximadamente, 181 milhões de euros, registando, assim, um ligeiro decréscimo face a 2017, motivado, sobretudo, pela diminuição do imposto resultante dos prémios atribuídos, que se deveu à atribuição de um valor de prémios inferior na categoria sujeita a este imposto.

Esta diminuição do Imposto do Selo gerado pelos nossos jogos, registada no último ano, (de 4,5% incluído no valor da aposta e 20% sobre a parcela dos prémios atribuídos que excede os 5.000 euros) provocou ainda um decréscimo de peso que este fator assume na receita fiscal do Estado, passando a representar 11,5%, quando em 2017 era de 13,5%.

Importância do Imposto do Selo dos JSC na receita fiscal total de Imposto do Selo: 2016 – 2018
(milhões de euros; %)

	2016	2017	2018
Imposto do Selo sobre Vendas	120	130	134
Imposto do Selo sobre Prémios	50	69	46
Total	**170**	**199**	**180**
Peso na receita fiscal do Estado em Imposto do Selo	12,2%	13,5%	11,5%

Nota: *Valores correspondentes ao período de reconhecimento da receita pelo Estado.*

Coesão Social

No último ano, o contributo global dos Jogos Santa Casa para ações de promoção da coesão social no nosso país, ascendeu a 1.186 milhões de euros.

Para além do financiamento das políticas sociais do Estado incluem-se neste patamar de retorno:

- o investimento realizado na defesa da legalidade do jogo a dinheiro, no combate à fraude fiscal e ao branqueamento de capitais, enquanto fenómenos potencialmente associados a práticas de jogo, bem como na promoção do Jogo Responsável como meio de proteção do património das famílias e da ordem pública, e que, em 2018, se aproximou de 1 milhão de euros;

- a afetação de receita do Placard para apoio às entidades organizadoras de eventos desportivos, clubes e atletas, de acordo com o previsto no regime de exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, e que ascendeu a 18 milhões de euros;

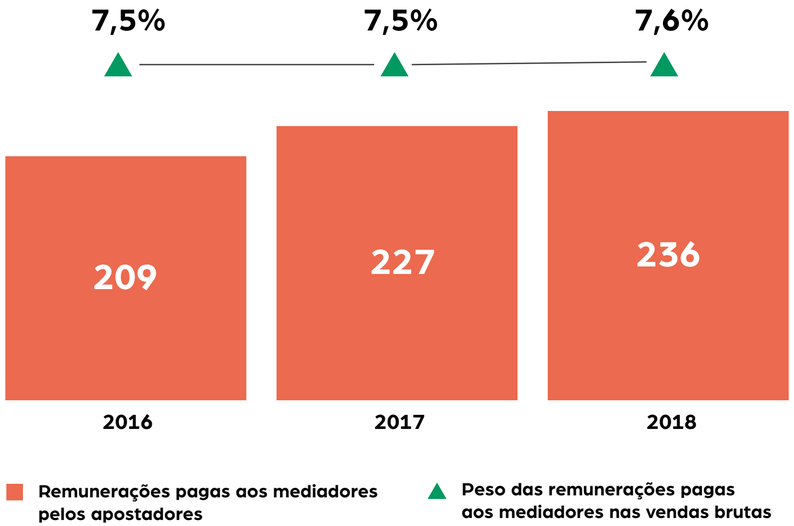
- as remunerações pagas pelos apostadores aos mediadores dos jogos sociais do Estado, que totalizaram 236 milhões de euros, no último ano.

As remunerações pagas aos mediadores, constituem montantes que se consubstanciam como suporte financeiro, em muitos casos determinante, para um conjunto alargado de empresas, na sua maioria pequenas e médias empresas, instaladas em todo o país, promovendo, desta forma, a atividade empresarial e o emprego em inúmeras economias locais.

Em 2018, os 4.895 pontos de venda auferiram em média de 48 mil euros, mais 4,5% do que no que no ano anterior. Estima-se que, na sua globalidade, estas receitas tenham assegurado mais de 16 mil postos de trabalho.

Apesar da estabilização do peso relativo nas vendas brutas do valor recebido pelos mediadores, nos últimos anos tem sido crescente o valor absoluto das remunerações. Tal deve-se, por um lado, ao aumento relativo das vendas da Raspadinha, cuja remuneração para o mediador é superior à proporcionada pelos restantes jogos sociais e, por outro, à preferência dos apostadores pela rede física. No último ano, o crescimento das remunerações pagas aos mediadores foi de 3,8% face a 2017, o que equivaleu a mais 9 milhões de euros.

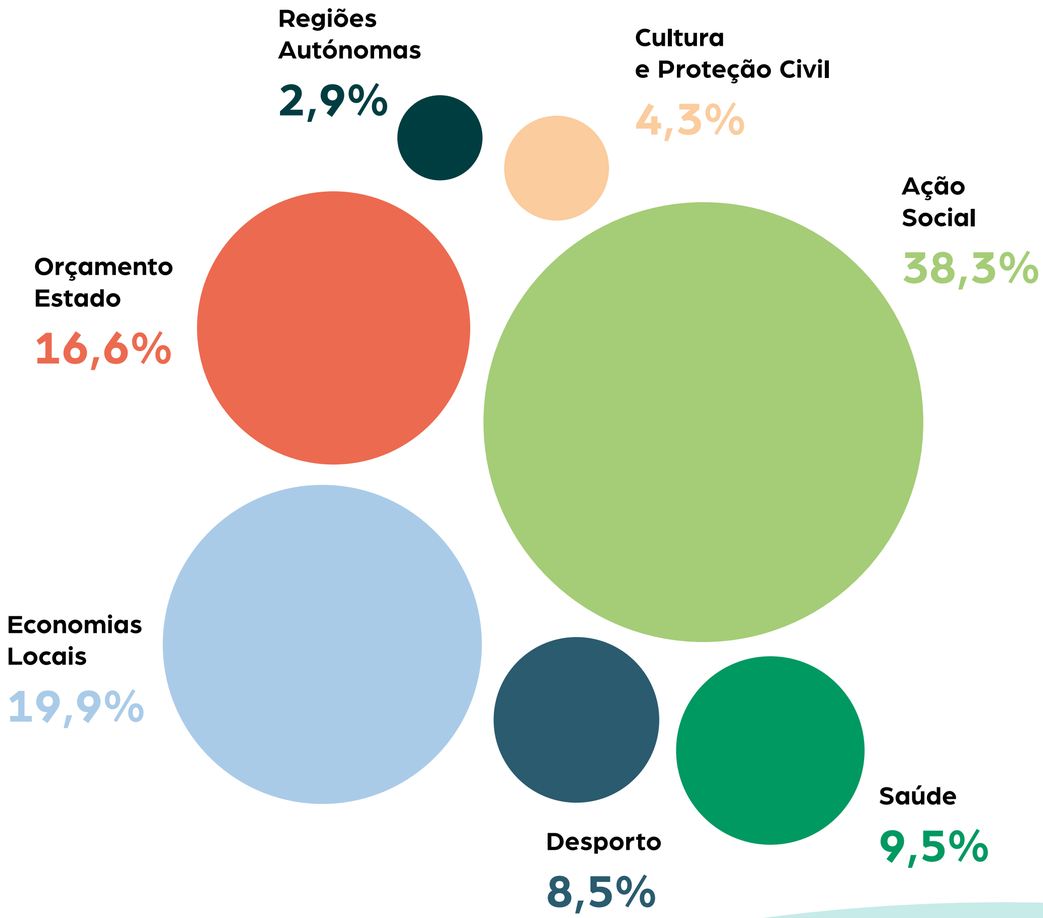
Remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores: 2016 – 2018
(milhões de euros; %)



Estes resultados atestam, pois, a pertinência da afirmação de que apostar nos jogos sociais do Estado através da rede física de mediadores, equivale a reforçar o nosso papel enquanto promotores de coesão social. Tal não se verifica apenas pela evidente importância económica que representamos, mas também pela nossa inquestionável capacidade de permitir aliar o entretenimento partilhado, o convívio e a fruição do espaço público que são, atualmente, aspetos muito valorizados pelos consumidores.

Entre os montantes destinados à coesão social, a verba arrecadada pelas empresas mediadoras dos jogos sociais do Estado representou 19,9% do total desta repartição, tendo sido a segunda principal destinatária, logo após a área social para a qual foram direcionados 38,3% dos valores distribuídos.

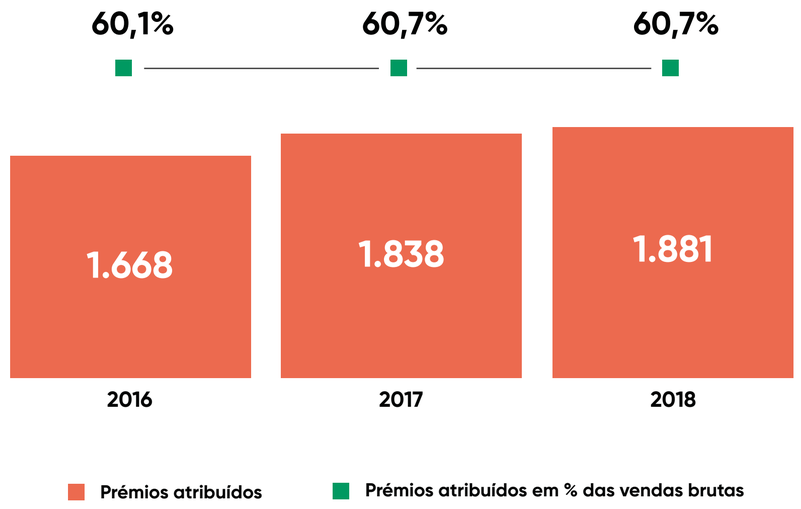
Retorno por Área de Coesão Social (2018)



Retorno Total

O retorno total gerado pelos Jogos Santa Casa para a nossa sociedade foi de 3.019 milhões de euros, no ano transato.

Prémios Atribuídos: 2016 – 2018
(milhões de euros; %)



Neste último patamar de retorno à sociedade, somam-se os prémios atribuídos nos nossos jogos deduzidos do imposto do selo sobre prémios, já considerado ao nível do retorno social.

No último ano, os prémios atribuídos[3] totalizaram 1.881 milhões de euros, um acréscimo de 2,3% face a 2017.

Este aumento igualou o aumento registado nas vendas brutas, tendo-se mantido a percentagem destas que é destinada a prémios, e que foi de 60,7%.

[3]Corresponde ao Valor Bruto dos Prémios, sem dedução do Imposto do Selo sobre prémios

Prémios aos Milhões

Quando se fala nos prémios que todos os dias distribuímos, através de um portefólio vasto e atrativo, esta é a única unidade de medida possível. Seja aplicada ao número de prémios distribuídos ou ao seu valor em euros, "milhões" continua a ser a unidade de referência e sinónimo de "altos premiados" dos Jogos Santa Casa.

Com 74 prémios atribuídos de valor igual ou superior a 1 milhão de euros, ultrapassámos os 72 prémios que, nas mesmas condições, foram entregues em 2017. Não será de espantar que entre tantos milhões, o nosso criador de excêntricos, o jogo que carrega no próprio nome o seu fado milionário, seja o responsável pelos prémios mais altos. Em 2018, o Euromilhões atribuiu 5 prémios superiores a 1 milhão de euros, onde se incluem 2 primeiros prémios registados no nosso país (nos meses de março e junho). Estes últimos, somados, ultrapassaram os 98 milhões de euros.

E se o Euromilhões foi, em termos globais, o nosso jogo mais "generoso", o M1LHÃO voltou a ser o mais regular. Durante 52 semanas, este jogo "bem português" distribuiu outros tantos milhões a que se juntaram, ainda, 8 milhões advindos de 2 concursos especiais. Em junho, o galo do M1LHÃO cantou por cinco e, em outubro, para celebrar o seu segundo aniversário, este jogo atribuiu 2 milhões de euros durante 4 sextas-feiras, ou seja. Tudo somado, atingimos um total de 60 milhões de euros que tiveram como destino 9 distritos de Portugal.

Nove foi também o número de prémios, iguais ou superiores a 1 milhão de euros, que o Totoloto distribuiu no ano transato, que totalizaram mais de 27,2 milhões de euros. Em Lisboa, um apostador sortudo arrecadou um montante de 3 milhões de euros, o terceiro maior prémio deste ano. Mas foi em Braga que o Totoloto verdadeiramente se excedeu. Só neste distrito foram sorteados os dois maiores prémios do ano para este jogo, ambos superiores a 6 milhões cada, e que em conjunto totalizaram mais de 13 milhões de euros.

Braga foi também um dos distritos onde a sorte foi mais eclética recebendo, a par de Lisboa, prémios, acima de 1 milhão de euros, de três jogos distintos – Euromilhões, Totoloto e M1LHÃO.

Ainda no que a prémios iguais ou superiores a 1 milhão de euros diz respeito, estas duas localidades estiveram também em evidência em 2018 por arrecadarem 14 e 10 prémios deste patamar, respetivamente, logo seguidas de Porto e Setúbal, em terceiro lugar, com 8 prémios cada. E porque a sorte não se esconde por detrás de nenhum código binário, 5 prémios de 1 milhão de euros foram também atribuídos a apostadores cibernautas que tentaram a mesma no nosso portal (www.jogossantacasa.pt).

Parcerias com Impacto

Há já alguns anos que a marca Jogos Santa Casa tem vindo a prosseguir uma estratégia de patrocínios assente sobretudo no apoio ao desporto nacional, no talento desportivo e nos grandes eventos desportivos nacionais, com o desígnio maior de transformar os apoios concedidos e as parcerias realizadas numa ferramenta de integração e coesão social.

Sem perder o foco da estratégia assumida, 2018 marcou o momento em que fomos em busca de novas parcerias que servissem o propósito de comunicar de forma veemente o posicionamento adotado como marca que mais apoia o Desporto em Portugal.

"O desporto tem todo o nosso apoio"

Esta é a razão pela qual os patrocínios definidos como estratégicos pela marca Jogos Santa Casa estão centrados nos Comités Olímpico e Paralímpico de Portugal, em 16 Federações Desportivas e nos maiores eventos desportivos realizados no território nacional.

Neste âmbito 2018 não foi diferente. Mas em cada modalidade patrocinada, tentámos ir mais além, afastando-nos do tradicional apoio às áreas mais mediáticas e apostando fortemente naquelas que, tradicionalmente, não têm tanto destaque. Trabalhámos, assim, para dar relevo ao desporto feminino, ao desporto adaptado e ao desporto no seio da nossa organização, promovendo, neste caso, ações que visassem a participação do universo de utentes e colaboradores da Misericórdia de Lisboa.

“O desporto tem todo o nosso apoio”

Por outro lado, marcámos presença em eventos emblemáticos e voltámos a apoiar grandes eventos desportivos e próximos da população portuguesa. No ano em que a Misericórdia de Lisboa assinalou o seu 520º aniversário celebrou-se também o regresso dos Jogos Santa Casa à mítica **Volta a Portugal em Bicicleta**, um dos eventos desportivos mais emblemáticos do nosso país, que todos os anos junta, em pleno agosto, milhares de pessoas ao longo das estradas nacionais.

World Bike Tour, em Lisboa. Para além de ser o maior evento ciclo turístico realizado em Portugal, é sobretudo um movimento cívico e cultural ao qual a nossa marca se juntou, que visa promover a prática de atividade física, o uso da bicicleta como meio de transporte e de lazer, hábitos de alimentação saudável, prevenção rodoviária, educação para a cidadania e responsabilidade social.

Coorganizados pela Federação Académica de Desporto Universitário, que patrocinamos, e em conjunto com a Universidade de Coimbra, os **Jogos Europeus Universitários** foram o maior evento multidesportivo alguma vez realizado em Portugal, tendo nele participado cerca de 4.500 atletas de 350 universidades oriundas de 40 países.

2018 foi ano de Mundial de Futebol. Enquanto patrocinador oficial da seleção nacional, em estreita parceria com a Federação Portuguesa de Futebol e a Câmara Municipal de Lisboa, não podíamos deixar de marcar presença no **Arena Portugal**, uma zona de entretenimento gigante, no Terreiro do Paço, em Lisboa, onde adeptos, famílias e turistas, puderam apoiar as suas seleções e viver em pleno as emoções da caminhada da seleção lusa.

Pelo terceiro ano consecutivo, os Jogos Santa Casa e, em particular, a marca Placard, patrocinaram o mais importante torneio de ténis realizado em Portugal, o **Estoril Open**, que em 2018 teve um sabor especial, graças à vitória do melhor tenista português da atualidade, o João Sousa.

A **Final da Taça de Portugal Placard** já é um clássico obrigatório do panorama futebolístico português e a festa de adeptos que celebram o fair play. A nossa presença já é assídua assim como a de vários utentes da instituição, desde os *player escorts* aos utentes do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian e da Obra Social do Pousal.

Para além de outros grandes eventos desportivos, como por exemplo a Subida à Glória, as Maratonas e Meias Maratonas de Lisboa e do Porto e a prova internacional de surf Big Wave Challenge, a nossa marca marcou presença ativa também nas principais competições nacionais e internacionais realizadas em Portugal e organizadas pelas Federações que patrocinamos, nomeadamente a Liga de Basquetebol, a Taça de Portugal de Rugby, o Campeonato Europeu de Triatlo, o Campeonato Europeu de TeamGYm, o Campeonato do Mundo de Paratriatlo e o Campeonato Europeu de Canoagem.

Em 2018, a estratégia foi ainda reforçada com o apoio a mais três federações desportivas nacionais: Triatlo, Andebol e Surf.

Volta a Portugal em Bicicleta

World Bike Tour

Arena Portugal

Estoril Open

Final da Taça de Portugal Placard

Triatlo

Desporto Adaptado

Surf

Uma aposta contínua na Educação

O **Programa de Bolsas de Educação Jogos Santa Casa** que existe, desde 2013, em parceria com o Comité Olímpico de Portugal e, desde 2014, com o Comité Paralímpico de Portugal viu, em 2018, aumentar o número de candidaturas e o número de bolsas atribuídas em consequência da perceção do real impacto que este programa tem na vida dos atletas. Desde o seu início, já foram entregues 216 Bolsas de Educação, num valor que ultrapassa os 600.000€, e em 2018 foi batido um novo record com a atribuição do maior número de bolsas anuais até então: 46 no total.

O sucesso deste programa fez eco na comunidade internacional, nomeadamente na *European Lotteries* e na *World Lottery Association*. No final de 2018, fomos convidados, pelo Secretário Geral da *Global Lottery Monitoring System* para apresentar, no início de 2019, o projeto de Bolsas de Educação Jogos Santa Casa, no Museu Olímpico Internacional, em Lausanne.

O patrocínio com valor acrescentado

2018 foi também o ano em que mantivemos o desenvolvimento de ações que estimulassem a prática desportiva junto dos utentes e colaboradores da Santa Casa.

Um ótimo exemplo disso foi a parceria com o ***World Bike Tour***, evento no qual foi possível dar a conhecer várias valências da instituição: o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA) disponibilizou uma equipa de técnicos que, em conjunto com a organização do evento, apoiaram a preparação das bicicletas para pessoas com mobilidade reduzida, para além de ter dado apoio direto ao acolhimento das pessoas com mobilidade reduzida que pretendessem participar no evento. Alguns dos seus utentes foram ainda convidados para divulgarem junto dos outros participantes as suas histórias de superação pessoal. De assinalar também a entrega de 35 bicicletas a crianças da Direção de Infância e Juventude, tarefa possível unicamente através das contrapartidas deste patrocínio.

Destaque teve também a ação organizada em conjunto com a Federação de Motociclismo de Portugal, no Autódromo do Estoril. Sendo o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão um local que acolhe sinistrados de acidentes de viação para efeitos de reabilitação, considerou-se pertinente levar utentes deste centro a experimentarem um batismo de pista em veículos SSV (veículos utilitários ou de recreação cada vez mais utilizados em provas de todo-o-terreno. Foi assim possível demonstrar a estes utentes em reabilitação, vítimas de acidente de viação, que podem voltar a conduzir mesmo com mobilidade reduzida, utilizando veículos adaptados para o efeito.

Programa de Bolsas de Educação Jogos Santa Casa

Dia Paralímpico da Empresa

Judo, *Goalball*, *Boccia* e Tiro. Foram estes quatros desportos, com representação paralímpica, que vieram celebrar o primeiro dia "**Dia Paralímpico na Empresa**" na sede do Departamento de Jogos. Atletas, treinadores e responsáveis federativos de cada uma das modalidades estiveram junto dos colaboradores a celebrar esta iniciativa promovida pelo Comité Paralímpico de Portugal. O dia Paralímpico na Empresa teve como grande objetivo o estreitamento de relações entre os parceiros e os Jogos Santa Casa.

Um espírito de Natal próximo dos portugueses

Pelo 3º ano consecutivo, a marca Jogos Santa Casa associou-se à TVI e à Câmara Municipal de Lisboa na organização do **Wonderland Lisboa** e, pelo 2º ano consecutivo, à *Global Media Group* e à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, na realização da **Praça de Natal Jogos Santa Casa**, enquanto locais privilegiados de promoção e venda do produto mais emblemático do nosso portefólio: a Lotaria Clássica do Natal.

Durante um mês, o Parque Eduardo VII e o Centro Cívico de Vila Nova de Gaia encheram-se de diversões e iniciativas para que milhares de famílias pudessem partilhar a magia do Natal e, em 2018, ambos os mercados registaram uma evolução muito positiva no número de visitantes.

Este tipo de projetos, com dinâmicas que procuram proporcionar momentos de alegria e solidariedade em família, estão muito alinhados com a mensagem que a marca Jogos Santa Casa pretende transmitir

Praça de Natal
Jogos Santa Casa

Wonderland
Lisboa

#Recomeçar, um fundo que foi uma boa aposta

FUNDO RECOMEÇAR

SANTA CASA

Misericórdia de Lisboa

Em outubro de 2017, Portugal foi alvo de terríveis incêndios que devastaram uma enorme área territorial, causando danos e perdas irrecuperáveis em 50 concelhos do país.

Face a este flagelo nacional, impossível seria não atuarmos, pelo que convictos de que um auxílio maior e ainda mais próximo e interventivo faria toda a diferença, apresentámos o Fundo Recomeçar, em dezembro desse ano.

Constituído pelas receitas dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais do Estado, atribuídos à Santa Casa, e vendidos na semana de 16 a 24 de dezembro 2017, o Fundo teve por base uma campanha de apelo aos portugueses para que as apostas realizadas em qualquer um dos nossos jogos, na referida semana, fossem sinónimo de esperança, solidariedade e auxílio às populações dos concelhos grandemente afetadas pelos fogos.

O Fundo Recomeçar alcançou os 4,5 milhões de euros, valor integralmente destinado pela Santa Casa, ao longo do ano de 2018, à implementação de diversas medidas de apoio direto à população dos 50 concelhos afetados.

Reconhecimentos

O trabalho da nossa marca tem sido, amplamente, reconhecido. Do desporto à comunicação e marketing, passando pelo desempenho dos próprios serviços, foram várias as áreas que, em 2018, reconheceram o trabalho que desenvolvemos, através da atribuição de prémios e distinções.

O ano arrancou com o nosso apoio ao desporto nacional a ser sublinhado num dos mais importantes eventos desportivos do país. Numa noite de gala no Casino do Estoril, a Confederação do Desporto de Portugal nomeou os Jogos Santa Casa como "Entidade do Ano".

Meses mais tarde, foi a vez do Contact Center ser (outra vez) reconhecido pelo seu serviço de excelência e trazer não um mas dois troféus para o Departamento de jogos. Distinguido pelo terceiro ano consecutivo com o Prémio *Gold Award* para melhor Contact Center (na categoria de "Outras atividades") e com o Prémio Bronze na categoria geral de Contact Centers, o nosso Contact Center continua a provar que é uma linha de "valor acrescentado".

Habituado a dar prémios avultados, em junho foi a vez do Euromilhões receber um prémio. Pelo segundo ano consecutivo, o criador de excêntricos venceu a categoria "Jogos da sorte" na 10ª Edição dos Prémios Marketeer, realizada em Lisboa.

Nós e os *Media*

À semelhança de anos anteriores, o ano de 2018 gerou mais de 8 mil notícias em torno da marca Jogos Santa Casa e respetivos produtos. Ou seja: em 52 semanas, foram publicados, em média, cerca de 22 conteúdos por dia nos vários órgãos de comunicação social nacionais.

Entre os temas prediletos dos leitores, continuam a merecer particular destaque o Euromilhões – ou não fosse este o excêntrico da família Jogos Santa Casa –, o Placard – o mais novo da família, que contou com algumas novidades no ano transato – e a Raspadinha – o jogo preferido dos portugueses, que semanalmente atribui inúmeros prémios por todo o país e que, por isso mesmo, gera sempre grande *buzz* nos *media*.

A marca Jogos Santa Casa continua a estar bem próxima dos portugueses, sendo, por isso, uma das marcas eleitas dos mesmos simbolizando prémios, sonhos e sorrisos, e valor para a sociedade.

Santa Casa renovam Parceria
JOGOS SANTACASA
ABERTURA DE CANDIDATURAS ÀS BOLSAS DE EDUCAÇÃO JOGOS SANTA CASA
1.10.2018
Começam esta segunda-feira as candidaturas para as Bolsas de Educação Jogos Santa Casa do ano letivo 2018/2019. Os atletas têm até 31 de outubro para se inscreverem neste programa que pretende incentivar a conciliação da carreira desportiva com a formação académica.
ogos Santa Casa, DN e TSF dão rosto às causas da SCML
DN TSF
CAUSAS
SANTA CASA
INÍCIO / LUSA
46 atletas olímpicos e paralímpicos recebem bolsas de educação
A sexta edição das Bolsas de Educação Jogos Santa Casa oficializou hoje o apoio financeiro a 33 atletas olímpicos e 13 paralímpicos de diversas modalidades, com vista à conciliação da carreira desportiva com o percurso académico.
Lusa
12 Dezembro 2018 — 17:48
TÓPICOS
Desporto
Numa cerimónia realizada no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, os 46 desportistas foram distinguidos pelos presidentes dos Comités Olímpico e Paralímpico de Portugal, José Manuel Constantino e José Manuel Lourenço, respetivamente, bem como pelo Secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo.
Ilhas recebem 34 milhões de euros nos jogos da Santa Casa
Publicada lei que altera forma de distribuição da receita.
Sónia Trigueirão
11 de Abril de 2018 às 08:31
Partilhe
ECONOMIA
1º prémio do Euromilhões para dois apostadores, dois portugueses ganham 3º prémio
Totoloto no outro
milhões. Nunca tanto
Jogos Santa Casa mantêm parceria com a FMP
Da primeira prova à subida ao Pódio
O Motociclismo tem todo o nosso apoio.
Subida à Glória Jogos Santa Casa 2018
Já abriram as inscrições para a corrida de bicicleta mais pequena do mundo! Podem começar a treinar porque o percurso é pequeno mas muito inclinado!
COVILHÃ
João Saramago
11 de Maio de 2018 às 11:30

4.3 Inovação e Modernização

Empenhados em estudar e preparar novas formas de modernizar a nossa oferta, prosseguimos, em 2018, aquela que é uma das preocupações estruturais da nossa organização: promover, através do recurso a métodos inovadores, a implantação de processos de melhoria constante na forma de gestão do nosso negócio, procurando acompanhar tendências de mercado e responder positivamente a solicitações dos nossos apostadores.

Com efeito, no dia 4 de junho, bem a tempo do Mundial de Futebol, lançámos uma nova forma de apostar no Placard: o ***QR Code* PLACARD**. Esta inovação tecnológica permitiu aos nossos apostadores utilizar o seu telemóvel para, através da APP do jogo e do código por ela gerado, tentarem a sua sorte no nosso jogo de apostas desportivas à cota de base territorial.

Com um impacto muito positivo não só junto dos apostadores, mas também em termos de sustentabilidade financeira e ambiental, esta novidade rapidamente revelou ótimos resultados já que, no final do ano, o *QR Code* representava uma média de 66,3% de registos de aposta efetuados no Placard.

Paralelamente, o *QR Code* trouxe consigo ainda mais emoção. Com esta disponibilização, pródiga em simplicidade e rapidez, foram também introduzidos **5 novos tipos de aposta, exclusivos da APP e do microsite do Placard** (integrado no portal dos Jogos Santa Casa), fazendo com que este jogo conte agora com 9 tipos de apostas distintos.

A esta inovação tecnológica, cujo número de registos de apostas assinalou uma trajetória ascendente desde o seu lançamento, juntou-se ainda mais uma novidade, desta feita na **APP Jogos Santa Casa**. A 29 de outubro, os apostadores utilizadores deste canal de apostas viram o seu acesso à aplicação ser ainda mais simplificado, na medida em que, a partir desta data, passou a ser possível fazer a **autenticação de jogador** sem ser necessário digitar um PIN. Com um simples toque no ecrã – e consequente leitura da impressão digital – o apostador passou a aceder de forma fácil e rápida, mas sempre segura, à sua conta de jogador.

5 Resultados

5.1 Rendimentos

Os rendimentos globais da atividade dos Jogos Santa Casa atingiram, em 2018, os 836 milhões de euros. Este valor representa um acréscimo de 2,1% em relação ao ano anterior, mantendo-se a tendência de crescimento dos últimos anos, embora mais moderada em relação ao verificado em 2017 (6,6%).

Vendas Brutas

Em 2018 as vendas brutas dos nossos jogos situaram-se nos 3.097 milhões de euros, mais 69 milhões de euros do que o registado em 2017, representando este valor um crescimento de 2,3%.

Este ciclo de crescimento é resultado do sucesso de uma estratégia de posicionamento que, ao longo do último ano, e através da melhoria da oferta e experiência de jogo nos pontos de venda e da modernização dos meios de realização de apostas, nos permitiu consolidar a base de apostadores.

As medidas, em que esta estratégia tem assentado, têm permitido angariar e fidelizar novos apostadores. Os seus perfis demonstram uma valorização dos aspetos lúdicos e de entretenimento que vão para além do fator prémio, uma evolução de tendência na procura que se prende com as características do mercado de jogo a dinheiro em Portugal e das profundas alterações que conheceu nos últimos anos (com a legalização de novos operadores).

Tabela 2: Rendimentos JSC: 2016 – 2018
(milhões de euros; %)

	2016	2017	2018	Var. 2018 / 2017
Vendas brutas dos Jogos (1)	**2 775**	**3 028**	**3 097**	**2,3%**
Deduções (2)	**2 018**	**2 223**	**2 279**	**2,5%**
Prémios	1 668	1 838	1 881	2,3%
Rem. mediadores pagas p/ jogadores	209	227	236	3,8%
Dedução p/ atribuição de Receita	21	28	29	4,9%
Imposto do Selo s/ jogo	120	130	133	2,3%
Vendas líquidas dos Jogos (1)-(2)	757	805	818	1,6%
Outros Rendimentos*	10	14	18	30,8%
TOTAL	**767**	**819**	**836**	**2,1%**

*Deduzidos dos montantes correspondentes à regularização de investimentos financiados através do fundo destinado ao financiamento da renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo

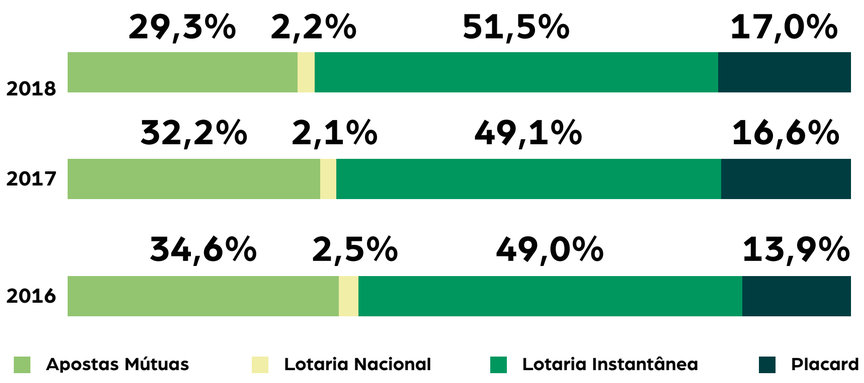
A oferta dos Jogos Santa Casa, no ano a que este relatório se reporta, ficou essencialmente marcada pelo crescimento do Placard, tendo este nosso jogo de apostas desportivas à cota de base territorial superado mais uma vez as melhores perspetivas relativas à sua evolução. Também o aumento de vendas da Raspadinha (que se manteve como o jogo mais vendido) e a recuperação da Lotaria Clássica foram fulcrais neste ponto.

Evolução das Vendas JSC, por Jogo: 2016 – 2018
(milhões de euros %)

	2016	2017	2018	Var. 2018 / 2017
Vendas Brutas JSC	**2 775**	**3 028**	**3 097**	**2,3%**
Apostas Mútuas	961	976	908	-6,9%
Totobola	9	8	6	-25,1%
Totoloto	110	100	97	-2,5%
Joker*	31	18	0	-100,0%
Euromilhões e M1lhão**	810	851	805	-5,4%
Lotaria Nacional	70	64	69	7,9%
Lotaria Clássica	47	41	46	12,4%
Lotaria Popular	23	23	23	0,0%
Lotaria Instantânea	1 359	1 487	1 594	7,2%
Placard	385	502	527	4,9%

* suspensão do Joker em agosto/2017
** Lançamento do M1LHÃO em setembro/2016

Estrutura de Vendas JSC: 2016 – 2018
(%)



O desempenho dos jogos mencionados mais do que compensaram as quedas observadas na restante oferta do nosso portefólio, que registou uma evolução de vendas negativa, explicada pelos ciclos de vida dos vários jogos que, na sua maioria, se encontram em fases de maturidade. Também a oferta de novos produtos, mais apelativos, ajuda a explicar estes dados.

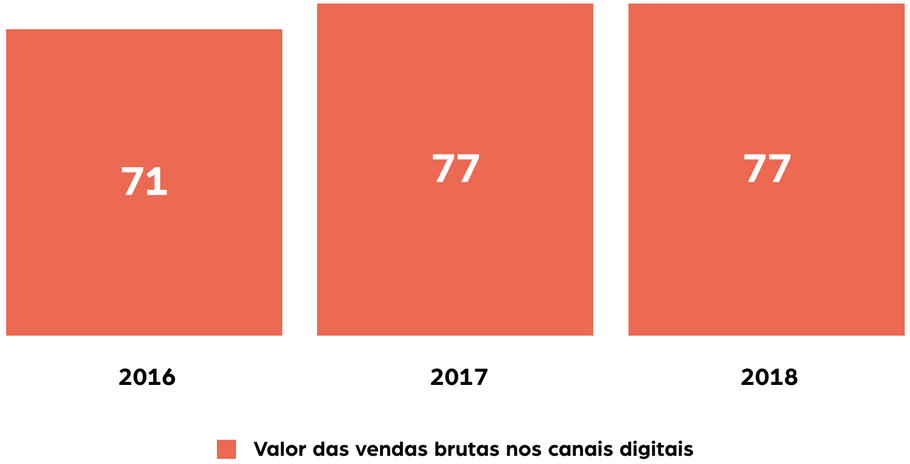
A forma como evoluíram os diferentes jogos tem repercussões na estrutura de vendas. Neste último ano volta a ser marcante a dimensão ganha pela Raspadinha (Lotaria Instantânea) que acentuou os seus ganhos de importância relativa, tendo obtido uma quota de vendas de 51,5%. O Placard reforça também a sua posição como terceiro Jogo mais vendido, com um peso de 17,0% no conjunto das vendas.

A Lotaria Nacional obteve um aumento de quota de vendas, que apesar de muito ligeiro, é representativo de uma inversão de tendência.

Por sua vez, foi nas Apostas Mútuas que se registou uma perda de quota de vendas, tendo estas passado a representar 29,3%.

No que toca à distribuição das vendas por canal manteve-se, em 2018, a preferência dos apostadores pela nossa rede de mediadores. Tal como em 2017, os pontos de venda físicos foram responsáveis por 97,5% das vendas dos nossos jogos tendo os canais digitais dos Jogos Santa Casa mantido o nível de vendas nesse mesmo ano, 77 milhões de euros.

Evolução das Vendas Brutas nos Canais Digitais JSC: 2016 – 2018
(milhões de euros)



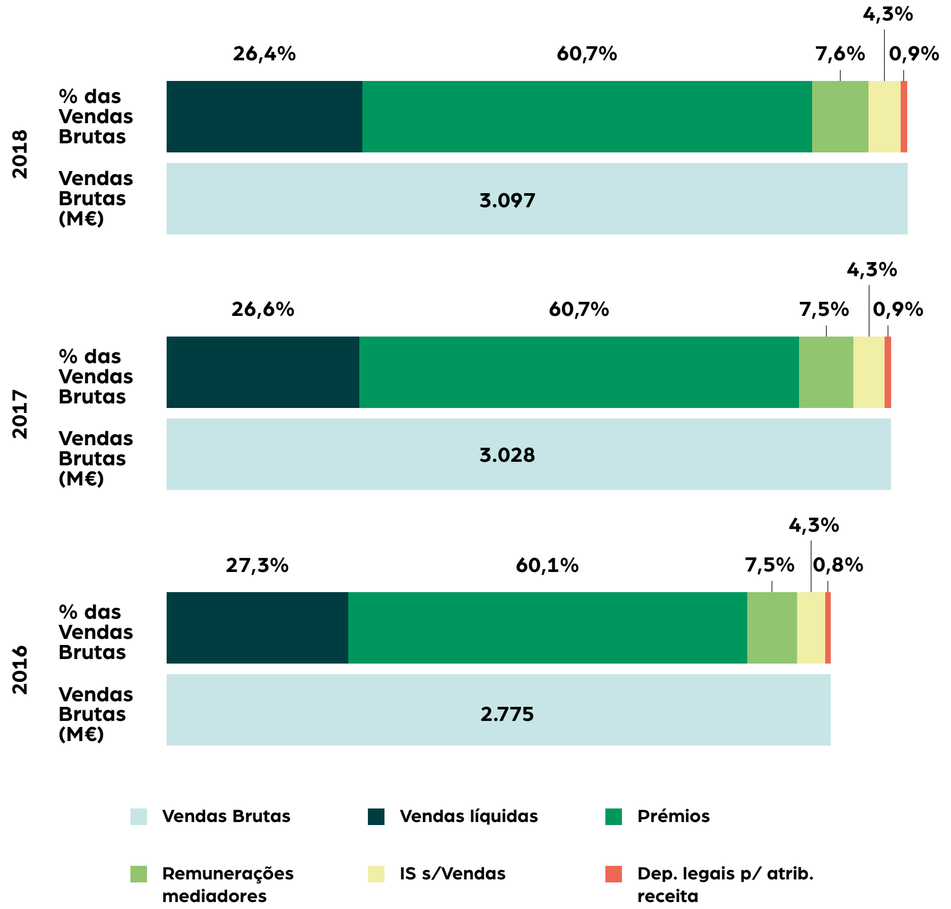
Vendas Líquidas
As vendas líquidas ocupam a maior fatia do total dos rendimentos[4], tendo-se situado em 2018 em 818 milhões de euros.

Contudo, a evolução do peso relativo das vendas brutas das diferentes ofertas do nosso portefólio condiciona o ritmo de crescimento das vendas líquidas, conferindo à sua variação (1,6%) um ritmo menos acelerado do que o observado no volume de negócios global.

Este facto deve-se, sobretudo, à importância relativa da Raspadinha em 2018, dado que este jogo tem a si associado um valor superior de montantes destinados às remunerações dos mediadores. As remunerações e as deduções legais para a atribuição de uma percentagem da receita do Placard foram as componentes que registaram um aumento superior ao das vendas brutas.

Ao decompor as vendas brutas, em 2018 a tónica é a da estabilidade e consistência das várias componentes.

Decomposição das Vendas Brutas: 2016 – 2018
(milhões de euros)



[4] Rendimentos deduzidos das regularizações de amortizações e gastos de investimentos financiados através do fundo destinado à renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo

5.2 Gastos

A par da expansão da atividade observada nos últimos anos, verifica-se o ajustamento dos gastos às efetivas exigências de exploração, que pela dimensão que atinge e pelo grau de integridade que é necessário assegurar, implica o reforço dos serviços que lhe estão associados.

Em 2018 registou-se assim um aumento de 2,6% no nível de gastos, situando-se estes em 93 milhões de euros[5].

Gastos JSC: 2016 – 2018
(milhões de euros; %)

	2016	2017	2018	Var. 2018 / 2017
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	15	13	13	-0,2%
Forn. e serv. Externos*	42	41	51	23,6%
Gastos com pessoal	19	20	19	-5,0%
Gastos deprec. e amortização*	1	0	0	-7,3%
Provisões do período	11	10	7	-26,2%
Restantes gastos e perdas	4	6	3	-59,8%
TOTAL	**92**	**90**	**93**	**2,6%**

*Deduzidos dos montantes correspondentes à regularização de investimentos financiados através do fundo destinado ao financiamento da renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo

Esta variação deve-se ao aumento das despesas com fornecimentos e serviços externos. Destes destacam-se os aumentos de gastos com publicidade e patrocínios, com a instalação de sinalética nos pontos de venda, bem como com a conservação de equipamento e software e ainda as comunicações que ligam o Departamento de Jogos aos terminais de jogo.

Todas as restantes rubricas apresentaram descidas, tendo as mais relevantes sido verificadas nas provisões do período, uma vez que estas se referem aos fundos para prémios que são constituídos com base nas vendas das Apostas Mútuas que decresceram no último ano, e nos restantes gastos e perdas, sobretudo pelo efeito da redução das imparidades decorrentes das dívidas de mediadores.

Nos gastos com pessoal registou-se também uma descida, embora a massa salarial se tenha mantido estável, e em linha com o quadro de colaboradores que não apresentou variações entre 2018 e 2017.

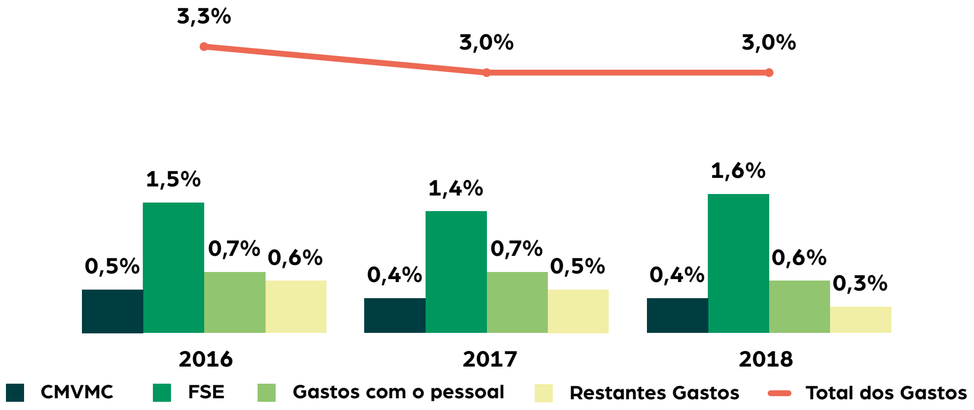
Apesar da variação dos gastos em consumíveis não ter expressão, esta ligeira descida foi igualmente significativa na medida em ocorreu num contexto de aumento de vendas. Deveu-se, pois, a medidas de eficiência implementadas ao nível da redução de consumos de papel térmico e de bilhetes de aposta. Uma mudança sentida graças ao grande impacto que teve a introdução da leitura *QR Code* para apostas no Placard.

Esta performance de gastos permitiu manter a eficiência da nossa exploração num nível de elevada sustentabilidade, tendo os gastos de exploração representado 3,0% das vendas brutas. Dados que demonstram o esforço do Departamento de Jogos na otimização dos recursos que emprega nas atividades que desenvolve.

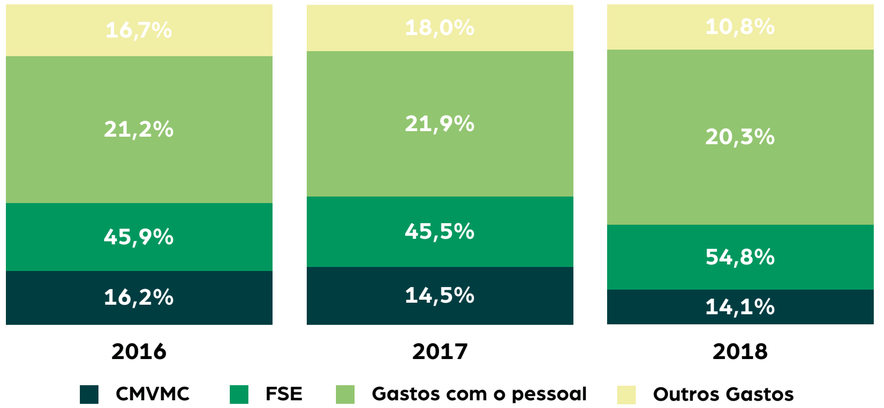
[5] Gastos deduzidos dos montantes de despesa e amortizações correspondentes a investimentos financiados através do fundo destinado à renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo

A evolução dos gastos por natureza, ao longo de 2018, provocou algumas alterações na estrutura de gastos relativamente ao ano anterior. É significativo o aumento do peso dos gastos com fornecimentos e serviços externos em detrimento de todas as restantes categorias.

Gastos totais e por natureza em % das Vendas brutas: 2016 – 2018
(%)



Estrutura de gastos: 2016 – 2018
(%)



5.3 Resultados

Os comportamentos dos rendimentos e dos gastos operacionais dos Jogos Santa Casa permitiram atingir resultados líquidos de exploração que totalizaram 744 milhões de euros em 2018, o que representa um aumento de 2,0% em relação aos resultados registados um ano antes.

Esta evolução, que representa mais 15 milhões de euros do que no ano anterior, vem, ainda que a um ritmo mais moderado, dar continuidade ao ciclo de crescimento de resultados iniciado em 2015.

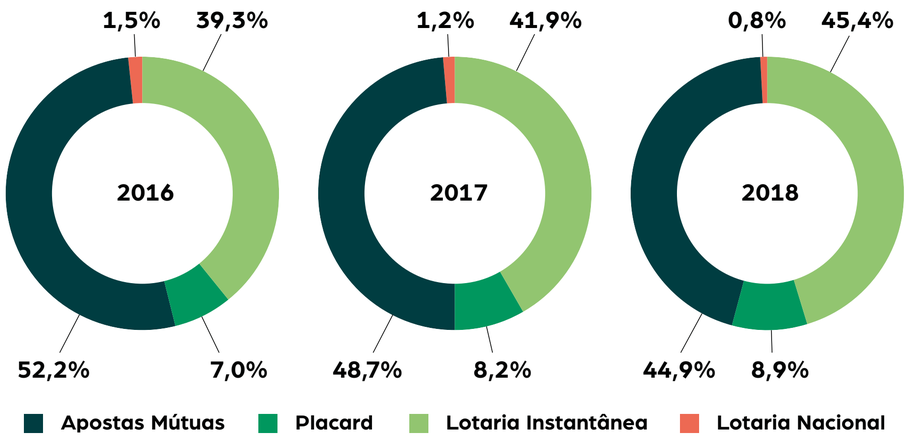
Resultados Líquidos e a Distribuir: 2016 – 2018
(milhões de euros; %)

	2016	2017	2018	Var. 2018/ 2017
Resultado líquido do período	675,5	729,0	743,7	2,0%
Fundo de Renovação do equipamento e material	11,1	11,1	10,6	-4,0%
Resultado a distribuir	664,4	717,9	733,0	2,1%

O jogo que mais contribuiu para a formação dos resultados que agora apresentamos foi a Raspadinha (Lotaria Instantânea), representando 45,4% dos mesmos. O peso deste jogo ultrapassou, assim, o peso conjunto das Apostas Mútuas (44,9%).

Também o Placard tem vindo a afirmar a sua importância, representando em 2018, 8,9% dos resultados obtidos.

Pesos relativos por Jogo na formação dos Resultados Líquidos: 2016 – 2018
(%)

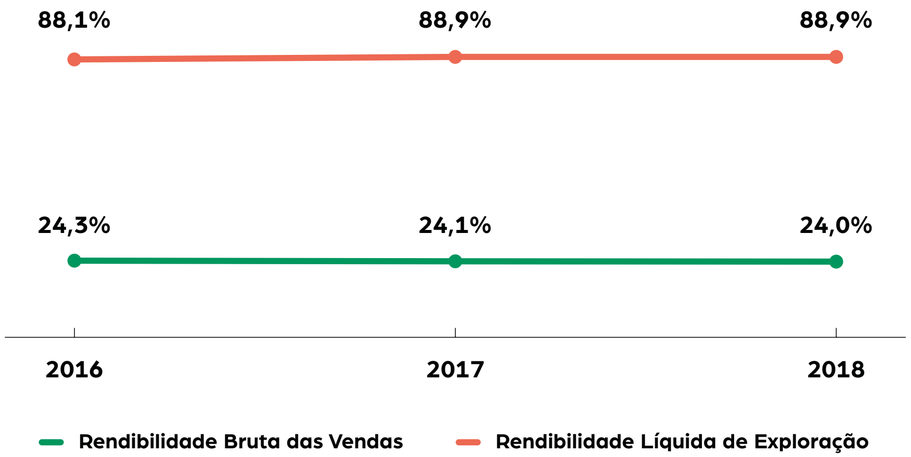


Apesar da redução do peso das Apostas Mútuas, onde os jogos possuem rendibilidades mais elevadas, a evolução da rendibilidade bruta dos Jogos Santa Casa apresenta-se estável.

Esta estabilidade deve-se, essencialmente, a três fatores que compensam a menor preponderância das Apostas Mútuas na formação dos resultados: a manutenção da percentagem das vendas destinada a prémios entre 2017 e 2018, o impacto do montante de prémios caducados em 2018 e o peso dos gastos nas vendas brutas que se manteve próximo do nível de 2017.

A rendibilidade bruta desceu assim, muito ligeiramente, de 24,1% para 24,0% entre períodos homólogos. Já a rendibilidade medida com base nas vendas líquidas apresenta um crescimento positivo, passando de 90,5% em 2017 para 90,9% em 2018. A rendibilidade de exploração (anulado o efeito dos prémios caducados) atingiu os 88,9%, valor igual ao de 2017.

Gráfico 10: Níveis de rendibilidade JSC: 2016 – 2018



Nos resultados distribuídos aos beneficiários verificou-se um acréscimo de 2,1% relativamente aos montantes distribuídos em 2017, tendo estes ascendido a 733 milhões de euros.

A parcela de resultados líquidos destinada à constituição do Fundo de Renovação do Equipamento é calculada através da aplicação de uma percentagem sobre as vendas de cada Jogo. Este fundo é constituído com vista ao financiamento de investimentos futuros em modernização de equipamento e infraestruturas necessários à exploração dos nossos jogos, tendo o mesmo um efeito equilibrador dos resultados líquidos.

Manteve-se a necessidade de reposição deste fundo, uma vez que os últimos anos e o próprio ano de 2018 foram anos de significativos investimentos, associados, sobretudo, à renovação de todo o parque de terminais de jogo, ao lançamento dos novos jogos – Placard e M1LHÃO – e ao reforço dos sistemas e canais de suporte ao jogo. Registou-se, contudo, um montante de reforço inferior ao do ano anterior, o que foi motivado pela descida de vendas dos nossos jogos, e que estão na base da sua constituição.

Com efeito, só no último ano, o investimento realizado pelo Departamento de Jogos em projetos nestas áreas ascendeu a 11 milhões de euros, aumentando 1 milhão de euros face ao montante investido no ano anterior.

6

Demonstrações Financeiras

Balanço

(euros)

	Notas	31-dez-2018	31-dez-2017
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	11 849 124	12 357 014
Ativos intangíveis	8	7 606 577	4 681 566
Participações financeiras - outros métodos	9	94 600	94 600
Outros investimentos financeiros	10	203 757 354	188 527 818
		223 307 655	**205 660 998**
Corrente			
Inventários	11	5 751 391	4 786 979
Mediadores	12	36 465 546	35 290 334
Estado e outros entes públicos	13	81 562	1 006 094
Outros créditos a receber	14	16 189 917	16 105 198
Diferimentos	15	1 435 867	1 211 233
Caixa e depósitos bancários	5	210 390 843	226 126 800
		270 315 126	**284 526 637**
Total do ativo		**493 622 781**	**490 187 635**

(euros)

(Cont.)	Notas	31-dez-2018	31-dez-2017
Capital próprio			
Fundo social	16	181 277	181 277
Outras variações no capital próprio	17	39 213 478	37 264 907
		39 394 755	**37 446 184**
Resultado líquido do período	18	743 656 106	728 975 400
Resultado distribuído aos Beneficiários	18	(733 017 846)	(717 889 849)
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	18	(10 638 260)	(11 085 551)
Total do capital próprio		**39 394 755**	**37 446 184**
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	106 984 973	102 614 883
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	3 164 203	2 040 430
Prémios a pagar	21	74 065 573	68 672 314
		184 214 749	**173 327 627**
Corrente			
Fornecedores	22	7 121 750	8 027 261
Estado e outros entes públicos	13	25 741 175	24 734 404
Prémios a pagar	21	24 350 107	27 890 913
Outras dívidas a pagar	23	195 202 859	202 365 664
Diferimentos	24	17 597 386	16 395 580
		270 013 277	**279 413 823**
Total do passivo		**454 228 026**	**452 741 451**
Total do capital próprio e do passivo		**493 622 781**	**490 187 635**

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O vice-Provedor,

(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

Demonstração dos resultados por naturezas

(euros)

Rendimentos e gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	25	818 137 549	805 370 838
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(13 113 991)	(13 140 029)
Fornecimentos e serviços externos	27	(54 421 869)	(46 134 481)
Gastos com o pessoal	28, 20	(18 816 532)	(19 802 534)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	12	(532 705)	(2 072 743)
Provisões (aumentos/ reduções)	19	(6 293 863)	(9 580 380)
Aumentos/ reduções de justo valor	10	483	(166)
Outros rendimentos	29	25 588 203	22 893 315
Outros gastos	30	(1 224 001)	(1 434 428)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**749 323 275**	**736 099 393**
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(5 513 931)	(4 645 951)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**743 809 345**	**731 453 442**
Juros e rendimentos similares obtidos	31	606 327	265 670
Juros e gastos similares suportados	32	(759 566)	(2 743 713)
Resultado líquido do período		**743 656 106**	**728 975 400**

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O vice-Provedor,

(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

Demonstração das alterações no capital próprio

(euros)

	Fundo social	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2017	**181 277**	**33 380 846**	**–**	**33 562 123**
Alterações no período				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	–	3 884 061	–	3 884 061
	181 277	**37 264 907**	**–**	**37 446 184**
Resultado líquido do período	–	–	728 975 400	728 975 400
Resultado integral	**181 277**	**37 264 907**	**728 975 400**	**766 421 584**
Outras Operações				
Distribuições	–	–	(717 889 849)	(717 889 849)
Outras operações	–	–	(11 085 551)	(11 085 551)
	–	**–**	**(728 975 400)**	**(728 975 400)**
31 de dezembro de 2017	**181 277**	**37 264 907**	**–**	**37 446 184**
1 de janeiro de 2018	**181 277**	**37 264 907**	**–**	**37 446 184**
Alterações no período				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	–	1 948 571	–	1 948 571
	181 277	**39 213 478**	**–**	**39 394 755**
Resultado líquido do período	–	–	743 656 106	743 656 106
Resultado integral	**181 277**	**39 213 478**	**743 656 106**	**783 050 861**
Outras Operações				
Distribuições	–	–	(733 017 846)	(733 017 846)
Outras operações	–	–	(10 638 260)	(10 638 260)
	–	**–**	**(743 656 106)**	**(743 656 106)**
31 de dezembro de 2018	**181 277**	**39 213 478**	**–**	**39 394 755**

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O vice-Provedor,

(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

Demonstração dos fluxos de caixa

(euros)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Mediadores	1 464 552 195	1 479 588 702
Pagamentos a fornecedores	(66 669 518)	(54 032 440)
Pagamentos ao pessoal	(10 880 189)	(12 288 545)
Caixa gerada pelas operações	**1 387 002 487**	**1 413 267 717**
Outros recebimentos/ pagamentos		
Rec. outras atividades operacionais		
Estado	2 007	–
Euromilhões	546 767	246 908
Outros recebimentos	1 416 772	303 727
Pag. outras atividades operacionais		
Estado	(191 678 993)	(208 357 613)
Prémios	(417 312 961)	(475 012 926)
Distribuição de resultados pelos Beneficiários	(769 934 461)	(740 411 895)
Euromilhões	(563 658)	(438 552)
Outros Pagamentos	(2 767 494)	(1 566 376)
Rec./Pagam. SC, HOSA, CMRA e ESSA	423 039	(26 191)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	**7 133 506**	**(11 995 201)**

(euros)

(Cont.)	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(8 086 713)	(5 239 993)
Ativos intangíveis	–	–
Investimentos financeiros	(92 287 028)	(74 564 089)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos intangíveis	–	–
Investimentos financeiros	77 511 320	50 837 437
Juros e rendimentos similares	–	29
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	**(22 862 421)**	**(28 966 616)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	(7 041)	–
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	**(7 041)**	**–**
Variação de caixa e seus equivalentes	**(15 735 957)**	**(40 961 818)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**226 126 800**	**267 088 617**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**210 390 843**	**226 126 800**

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O vice-Provedor,

(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

Anexo

1. Introdução

O Departamento de Jogos (referido neste documento como "Departamento de Jogos" ou "Entidade") integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como "Santa Casa" ou "Serviços Centrais"), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e pela Lei nº 53/2018, de 20 de agosto.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Avenida da Liberdade, n.º 194, Freguesia de Santo António, Concelho de Lisboa, tendo como atividade a gestão e exploração de Lotarias, Apostas Mútuas e quaisquer jogos autorizados para serem explorados pela Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os Jogos explorados pelo Departamento de Jogos, em 2018, foram:

- Lotaria Clássica
- Lotaria Popular
- Lotaria Instantânea (Raspadinha)
- Totobola
- Totoloto
- Euromilhões
- Totosorteio (M1LHÃO)
- Apostas desportivas à cota de base territorial (Placard)

A exploração do Joker foi suspensa, após o concurso realizado em 6 de agosto de 2017.

Anexo

O Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

- Elaboração do seu plano de atividades, orçamento e relatório e contas;
- Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela Tutela;
- Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
- Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela Tutela;
- Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela Tutela;
- Estruturação orgânica dos serviços;
- Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela Tutela;
- Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;
- Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos apostadores;
- Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre jogos sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;
- Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de jogos sociais;
- Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros jogos sociais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos através do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). São Administradores Executivos o Provedor e o Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As referências a "Administrador Executivo", ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 14 de março de 2019. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, observado o princípio do custo histórico, com exceção pouco significativa nos ativos financeiros mensurados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 4.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Estas demonstrações financeiras não são as primeiras a serem apresentadas de acordo com as NCRF.

4.Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1 Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

Transações e saldos
As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como "Juros e rendimentos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados" se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos" para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

Cotações utilizadas
As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como se segue:

Moeda	2018	2017
USD	1,1450	1,1993
GBP	1,11791	1,12710

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, determinado à data de transição do POC para o SNC, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede-se à depreciação da totalidade do bem ao longo do primeiro ano de utilização sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Vida útil
Equipamento básico	Entre 1 a 25 anos
Equipamento de transporte	Entre 5 a 10 anos
Equipamento Informático	Entre 1 a 3 anos
Sinalética	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 1 a 30 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 4.4.).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.3. Ativos intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

› Aos programas de computador (software) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;

› Aos custos incorridos com o desenvolvimento do Portal Jogos Santa Casa, através do qual funciona o sistema de apostas para os apostadores dos jogos sociais; e

› A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:

- A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;
- Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
- Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;
- Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto; e
- O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a corretamensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Vida útil
Programas de computador	3 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

4.4. Imparidade de ativos não financeiros

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

4.5. Investimentos financeiros

Determina-se a classificação dos investimentos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os investimentos financeiros são classificados/mensurados como se segue:

› Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

› Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os investimentos financeiros:

› Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;

› Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e

› Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os investimentos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os investimentos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os investimentos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Departamento de Jogos reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.6. Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

4.7. Inventários

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de jogos sociais de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas, pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

4.8. Mediadores e Outros Créditos a Receber

As rubricas de mediadores e de Outros Créditos a Receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).
A cobrança das receitas das Apostas Mútuas, da Lotaria Instantânea, da Lotaria Nacional desmaterializada e das Apostas Desportivas à Cota é efetuada semanalmente à quarta-feira e respeita ao período decorrido entre

domingo e sábado da semana anterior. No que se refere às Apostas Mútuas, as receitas cobradas são as relativas àquele período independentemente da data da realização do concurso. No caso da Lotaria Instantânea são cobrados os valores correspondentes ao jogo ativado nos terminais do mediador. Relativamente à Lotaria Nacional desmaterializada a cobrança diz respeito às vendas realizadas, independentemente do momento da extração. A cobrança das Apostas Desportivas à Cota, refere-se aos bilhetes de apostas registados, independentemente da data dos eventos.

As receitas do jogo físico da Lotaria Nacional, para mediadores com caução específica para a Lotaria Nacional, são entregues ao Departamento de Jogos até 30 dias após a véspera da extração. As cobranças referentes a mediadores sem caução são realizadas no ato do levantamento do jogo.

As perdas por imparidade dos mediadores e de outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de Dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber se encontra em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

4.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

4.10. Passivos financeiros

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

4.11. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As rubricas de fornecedores e de outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.12. Benefícios aos empregados

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de "Plano de Pensões"), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

O Departamento de Jogos assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas, até ao seu momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do empregado até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 20, o Fundo foi constituído de forma a financiar a quase totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

Plano de Pensões do Departamento de Jogos
Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como "CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

› Decreto-Lei n.º 247/80 de 24 de julho: Abrange o pessoal que desde 31 de julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência

do funcionalismo público (n.º 2 do artigo 2.º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3.º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs. 1 e 2 do artigo 6.º);

› Decreto-Lei n.º 94/2000 de 23 de maio: Abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1.º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:

- Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);

- Quotização à CGA (10% do salário)
  Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- Pensão de velhice e invalidez

- Pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);

- Pensão de sobrevivência imediata e orfandade

  Em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobreviv ência aos herdeiros hábeis;

- Pensão de sobrevivência diferida

  Em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos "de sobrevivência" a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.
As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do

benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do período em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

Férias e subsídio de férias
De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de "Credores por acréscimos de gastos".

4.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação, o montante possa ser estimado com razoabilidade e para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para reclamação e pagamento de prémios

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos jogos sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Para as Apostas Desportivas à Cota, para além do pagamento de prémios por reclamações, este Fundo também se destina ao pagamento de prémios que excedam a receita apurada nos eventos. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletidas nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

(Euros)

Diploma legal	Jogo	% Receitas	Limite máximo fixado
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.	Totoloto	0,5%	423 978
	Totobola	0,5%	74 820
Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.	Joker	2,0%	1 000 000
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.	Euromilhões	1,0%	150 000 000
Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.	Apostas Desportivas à Cota	1,0%	5 000 000
Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.	Totosorteio	1,0%	1 000 000

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente de discordâncias de natureza contratual com fornecedores e reclamações de prémios que não cumprem os requisitos para reclamação. O Departamento de Jogos reconhece na integra esta situação para constituição de provisão.

4.14. Fundo para pagamento de prémios dos concursos

Totoloto

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura, ainda, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte".

Totosorteio

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio, determina que seja constituído um Fundo para prémios, destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

4.15. Distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais

A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

4.16. Distribuição de receitas das Apostas Desportivas à Cota

A distribuição das receitas das Apostas Desportivas à Cota é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que as receitas são geradas. A distribuição é efetuada de acordo com a legislação aplicável, através do Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e da Portaria n.º 315/2015, de 30 de outubro.

4.17. Outras variações no Capital Próprio – Subsídios e apoios do Governo

Dada a sua atividade, o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, a cativação de receitas obtidas com os jogos sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos Beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos jogos sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo em funcionamento. Daquela cativação resulta a constituição do Fundo de Renovação de Material e Equipamento, doravante designado FREM.

O valor utilizado deste Fundo é regularizado em função das depreciações, amortizações e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou

renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de "Outras variações no capital próprio".

4.18. Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.19. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de periodização económica.
As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, consoante se qualificarem como tal.

4.20. Rédito

O rédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos jogos sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Lotarias, Apostas Mútuas e Apostas Desportivas à Cota. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, devoluções reconhecidas, Imposto do Selo sobre apostas e deduções à receita das Apostas Desportivas à Cota previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2 do art.º 12.º do Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Apostas de jogo

› Lotarias Clássica e Popular

O rendimento é reconhecido na data em que a Extração é realizada. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer".

› Lotaria Instantânea

O rendimento é reconhecido na data da ativação do jogo nos terminais do mediador e das aquisições de bilhetes no Portal Jogos Santa Casa.

› Apostas Mútuas

O rendimento é reconhecido na data da realização dos Concursos.

› Apostas Desportivas à Cota

O rendimento é reconhecido após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento selecionado em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Prémios de Jogo

› Lotarias Clássica e Popular

Os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios não reclamados caducam 90 dias após a extração e são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.

› Lotaria Instantânea

Os prémios do jogo adquirido pelo Portal de Jogos Santa Casa são reconhecidos no momento da atribuição do prémio.

Os prémios de jogo adquirido através da rede de mediadores são reconhecidos no ato da reclamação do prémio por parte do apostador. Complementarmente, por forma a reconhecer a responsabilidade de prémios, estes são especializados de acordo com a percentagem prevista no plano de prémios de cada jogo, nos termos do Regulamento da Lotaria Instantânea, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso. O ajustamento ao valor de prémios a reconhecer por jogo é efetuado após o prazo de caducidade com base nos prémios efetivamente pagos.

› Apostas Mútuas

Os prémios são reconhecidos na data de realização dos Concurso. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para as Lotarias Clássica e Popular.

› Apostas Desportivas à Cota

Os prémios são reconhecidos após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento objeto de aposta em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

O direito a prémios caduca, para o conjunto dos eventos selecionados no recibo da aposta, nos seguintes termos:

- Para os prémios de valor igual ou inferior a 150 euros decorridos 90 dias a contar da data da homologação de resultados;
- Para os prémios de valor superior a 150 euros decorridos 90 dias a contar do fim do prazo de 2 horas subsequentes à data da homologação de resultados, ou a contar do fim do prazo de 2 horas após a última atualização de resultados, conforme o que ocorrer por último.

Os prémios dos jogos sociais Totobola, Totoloto, Joker, Lotaria Instantânea, Lotaria Clássica e Lotaria Popular, são regulamentados pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de março que revogou a Portaria n.º 973/2009 (art.º 3.º), mantendo as percentagens para prémios.

Para o jogo social Euromilhões a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março.

Para as Apostas Desportivas à Cota a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.
Para o Totosorteio, a percentagem destinada a prémios está determinada na Portaria n.º 227/2016, de 25 de agosto.

As percentagens para prémios incidem sobre as vendas brutas das Apostas Mútuas e das Apostas Desportivas à Cota, e sobre o capital emitido das Lotarias:

Jogo Social	% Prémios
Totobola	60%
Totoloto	55%
Joker	55%
Euromilhões	50%
Lotaria Nacional	70%
Lotaria Instantânea	Entre 50% e 70%
Apostas Desportivas à Cota	Entre 55% e 85%
Totosorteio	65%

Imposto do Selo

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, com efeitos práticos a 1 de setembro de 2009, os jogos sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, o qual passa a incidir sobre as apostas realizadas à taxa de 4,5%, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos jogos sociais.

Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores

Os mediadores são remunerados pelos apostadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos apostadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.
O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

Jogo Social	% Remuneração
Totobola	7%
Totoloto	7%
Joker	7%
Euromilhões	5%
Lotaria Clássica	12,7%
Lotaria Clássica – Venda terminal	7%
Lotaria Popular	12,5%
Lotaria Popular – Venda terminal	7%
Lotaria Instantânea	10%
Apostas Desportivas à Cota	5%
Totosorteio	5%

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota

O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita:

› O montante correspondente a 2,0 % a atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

› O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta, de acordo com a Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro.

Outras vendas

Valores referentes a venda de resíduos para reciclagem.

4.21.Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos Beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.
Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.
Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento não têm expressão.

4.22.Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

4.23.Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

4.24.Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes na Estrutura Conceptual.

4.25.Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa, possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que se seguem:

Provisões
O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 19).

Pressupostos atuariais
A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 20).

Ativos tangíveis e intangíveis
A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 7 e Nota 8).

5. Fluxos de Caixa

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de "Caixa e equivalentes de caixa" que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos jogos sociais e no pagamento de prémios estão "fundeadas" na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem "Caixa ou equivalentes de caixa".

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e de Depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

(euros)

	2018	2017
Numerário		
– Caixa	48 625	95 775
	48 625	**95 775**
Depósitos bancários		
– Depósitos à ordem	(257 782)	4 996 024
– Depósitos a prazo < 90 dias	139 600 000	147 500 000
– Depósitos a prazo ≥ 90 dias	71 000 000	73 535 000
	210 342 218	**226 031 024**
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	**210 390 843**	**226 126 800**
Equivalentes de caixa (passivo)	**–**	**–**
Total de Caixa e equivalentes de caixa	**210 390 843**	**226 126 800**

O saldo de depósitos bancários, à ordem, em 2018 é negativo por estarem registados valores, devidamente conciliados, no valor de €4.255.349,05 relacionados com as transferências semanais para o fundo de pagamento de prémios do Euromilhões, concretizadas em 2019, mas relativas aos últimos sorteios do ano de 2018.

No entanto, não se verificou qualquer situação de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detetados erros
de períodos anteriores.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2018
os movimentos registados
em rubricas do ativo fixo tangível
foram como se segue:

Anexo

(euros)

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento administrativo	Sinalética	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	55 933 404	181 441	7 915 170	1 246 021	2 351 143	776 039	318 262	68 721 480
Depreciações acumuladas	(44 465 107)	(174 490)	(7 430 768)	(1 085 934)	(2 266 630)	(596 624)	–	(56 019 553)
Valor líquido	11 468 297	6 951	484 402	160 086	84 513	179 415	318 262	12 701 927
Adições	111 012	144 437	294 316	131 296	24 196	16 887	1 494 416	2 216 562
Alienações	–	–	(1 615)	–	–	–	–	(1 615)
Transferências e abates	(30 051 642)	–	103 825	–	(2 964)	–	(1 049 465)	(31 000 246)
Depreciação – período	(1 983 839)	(20 465)	(362 678)	(91 400)	(49 346)	(51 595)	–	(2 559 323)
Depreciação – alienações	–	–	1 615	–	–	–	–	1 615
Depreciação– transf. e abates	30 995 087	–	–	42	2 964	–	–	30 998 093
Valor líquido	**10 538 916**	**130 923**	**519 864**	**200 026**	**59 363**	**144 707**	**763 214**	**12 357 014**
31 de dezembro de 2017								
Custo de aquisição	25 992 774	325 878	8 311 695	1 377 317	2 372 375	792 927	763 214	39 936 181
Depreciações acumuladas	(15 453 858)	(194 955)	(7 791 831)	(1 177 291)	(2 313 012)	(648 219)	–	(27 579 167)
Valor líquido	**10 538 916**	**130 923**	**519 864**	**200 026**	**59 363**	**144 707**	**763 214**	**12 357 014**
1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	25 992 774	325 878	8 311 695	1 377 317	2 372 375	792 927	763 214	39 936 181
Depreciações acumuladas	(15 453 858)	(194 955)	(7 791 831)	(1 177 291)	(2 313 012)	(648 219)	–	(27 579 167)
Valor líquido	**10 538 916**	**130 923**	**519 864**	**200 026**	**59 363**	**144 707**	**763 214**	**12 357 014**
Adições	1 921 088	24 846	32 481	109 702	483 804	2 583	481 976	3 056 479
Alienações	–	–	(4 846)	–	–	–	–	(4 846)
Transferências e abates	–	–	–	–	(4 451)	–	(666 818)	(671 269)
Depreciação – período	(2 274 158)	(32 291)	(310 610)	(145 343)	(86 492)	(48 655)	–	(2 897 549)
Depreciação – alienações	–	–	4 846	–	–	–	–	4 846
Depreciação– transf. e abates	–	–	–	–	4 451	–	–	4 451
Valor líquido	10 185 846	123 478	241 735	164 384	456 675	98 635	578 371	11 849 124
31 de dezembro de 2018								
Custo de aquisição	27 913 862	350 724	8 339 330	1 487 019	2 851 728	795 509	578 371	42 316 544
Depreciações acumuladas	(17 728 017)	(227 246)	(8 097 594)	(1 322 635)	(2 395 053)	(696 874)	–	(30 467 419)
Valor líquido	**10 185 846**	**123 478**	**241 735**	**164 384**	**456 675**	**98 635**	**578 371**	**11 849 124**

Os valores mais significativos contabilizados como "Equipamento básico" correspondem aos scanners de leitura QR CODE, instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais, para registo de apostas desportivas à cota, através de leitura pelo telemóvel, das apostas efetuadas pelos apostadores.

Os aumentos ocorridos na rubrica ativos fixos tangíveis no decurso do período de 2018, refletem 3.056.479 euros, essencialmente provenientes de aquisições de equipamento básico (adições 2017: 2.216.562 euros, essencialmente provenientes de aquisições em curso de equipamento básico.

No período findo em 31 de dezembro de 2018, registaram-se abates em "Sinalética" no valor de 4.451 euros (2017: registaram-se abates em "Equipamento básico", referente a 5.000 Terminais Altura no valor de 30.995.129 euros, e em "Sinalética" no valor de 2.964 euros).

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" da demonstração dos resultados.

À data de 31 de dezembro de 2018 os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 7.129.144 euros, sendo 6.672.469 euros relativos a terminais de jogo e 456.675 euros relativos a peças promocionais de sinalética, instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais (2017: 8.191.976 euros, sendo 8.132.613 euros relativos a terminais de jogo e 59.363 euros relativos a peças promocionais de sinalética, instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais).

Foi transferido um imobilizado em curso para intangível em 2018 e que estava como tangível em 2017 no montante de 666.818 euros.

8. Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal Jogos Santa Casa e programas informáticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos. A evolução registada para os períodos apresentados, é como se segue:

(euros)

	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017				
Custo de aquisição	3 442 657	25 847 112	–	29 289 768
Amortizações acumuladas	(3 442 657)	(21 972 567)	–	(25 415 223)
Valor líquido	**–**	**3 874 545**	**–**	**3 874 545**
Adições	–	1 675 752	1 217 898	2 893 650
Transferências e abates	–	1 217 898	(1 217 898)	–
Amortização - período	–	(2 086 628)	–	(2 086 628)
Valor líquido	**–**	**4 681 566**	**–**	**4 681 566**
31 de dezembro de 2017				
Custo de aquisição	3 442 657	28 740 762	–	32 183 418
Amortizações acumuladas	(3 442 657)	(24 059 195)	–	(27 501 852)
Valor líquido	**–**	**4 681 566**	**–**	**4 681 566**
1 de janeiro de 2018				
Custo de aquisição	3 442 657	28 740 762	–	32 183 418
Amortizações acumuladas	(3 442 657)	(24 059 195)	–	(27 501 852)
Valor líquido	**–**	**4 681 566**	**–**	**4 681 566**
Adições	–	1 292 543	3 582 031	4 874 574
Transferências e abates	–	–	666 818	666 818
Amortização - período	–	(2 616 381)	–	(2 616 381)
Valor líquido	–	3 357 727	4 248 849	7 606 577
31 de dezembro de 2018				
Custo de aquisição	3 442 657	30 033 304	4 248 849	37 724 810
Amortizações acumuladas	(3 442 657)	(26 675 577)	–	(30 118 233)
Valor líquido	**–**	**3 357 727**	**4 248 849**	**7 606 577**

A rubrica programas de computador é composta por *software* de suporte ao jogo e à rede física.

Os ativos em curso estão relacionados com software de desenvolvimento das plataformas de jogos.

9. Participações financeiras – outros métodos

O saldo registado nesta rubrica contempla:

› A participação de 5,2% no capital social da SLE – Services aux Loteries en Europe, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de *lottery operator* do Jogo Social de Apostas Mútuas Europeu – Euromilhões; e

› A participação de 50% no capital social da NLCS – *National Lotteries Common Services*, Sociedade por Ações Simplificada de direito francês, constituída em 2013 e com vista ao estreitamento de relações com outras Lotarias de Estado e ao desenvolvimento de plataformas de cooperação.

10. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica de outros investimentos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

(euros)

	2018	2017
Fundos obrigatórios	163 919 360	156 063 261
Fundo LI (WFL)	39 820 000	32 447 047
Outros ativos financeiros	17 994	17 511
Total	**203 757 354**	**188 527 818**

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da exploração dos jogos sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para renovação de equipamento e material (FREM).

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado (euros)	Legislação aplicável
Fundos para reclamação e pagamento de prémios				
Totobola	0,5%	–	74 820	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.
Totoloto	0,5%	–	423 978	
Totogolo	0,5%	–	74 820	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Joker	2,0%	–	1 000 000	Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.
Euromilhões	1,0%	–	150 000 000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota	1,0%	–	5 000 000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.
Totosorteio	1,0%	–	1 000 000	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.
Fundo para pagamento de prémios dos Concursos				
Totoloto	0,0%	10,0%	Não definido	Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.
Totosorteio	(a)	–	Não definido	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.
Fundos para renovação de equipamento e material				
Totoloto	2,0%	–	24 939 895	Dec.-Lei n.º 84/85,de 28 mar., Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov. e Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totogolo	1,0%	–	748 197	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Totobola	1,0%	–	748 197	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar. e Dec.-Lei n.º 387/86, 17 nov.
Euromilhões	1,0%	–	20 000 000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota	0,2%	–	2 000 000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 abr.
Totosorteio	0,5%	–	1 000 000	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.

(a) Constituído pelo remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

Por decisão de gestão foi criado um Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life (WFL)*.

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema online. Assim, tais Fundos podem ser utilizados "para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema online), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros".

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio do Totoloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor é reembolsado desde de 1 de janeiro de 2012 "à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totoloto, referido no número anterior, até integral pagamento".

Com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios de categoria especial de prémios, denominada "Número da Sorte".

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio determina que seja constituído um Fundo para prémios, destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (win for life)	Total
Totobola					
1 de janeiro de 2017	**222 506**	**74 820**	**–**	**–**	**297 326**
Reforços	75 849	–	–	–	75 849
Utilizações	(107 037)	–	–	–	(107 037)
31 de dezembro de 2017	**191 318**	**74 820**	**–**	**–**	**266 137**
Limite máximo fixado	748 197	74 820	–	–	
Totoloto					
1 de janeiro de 2017	**5 674 719**	**423 978**	**23 864 274**	**–**	**29 962 971**
Reforços	2 006 631	–	6 483 745	–	8 490 377
Transferências	2 016 436	–	(16 436)	–	2 000 000
Utilizações	(3 061 890)	–	(5 678 989)	–	(8 740 880)
31 de dezembro de 2017	**6 635 896**	**423 978**	**24 652 594**	**–**	**31 712 468**
Limite máximo fixado	24 939 895	423 978	Não definido	–	
Totogolo					
1 de janeiro de 2017	**29 032**	**–**	**–**	**–**	**29 032**
Reforços	–	–	–	–	–
Utilizações	–	–	–	–	–
31 de dezembro de 2017	**29 032**	**–**	**–**	**–**	**29 032**
Limite máximo fixado	748 197	74 820	–	–	
Joker					
1 de janeiro de 2017	**–**	**(776 924)**	**–**	**–**	**(776 924)**
Reforços	–	1 381 159	–	–	1 381 159
Utilizações	–	(604 235)	–	–	(604 235)
31 de dezembro de 2017	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Limite máximo fixado	–	–	–	–	
Euromilhões					
1 de janeiro de 2017	**11 681 704**	**84 771 112**	**–**	**–**	**96 452 816**
Reforços	7 488 198	7 488 198	–	–	14 976 396
Utilizações	(6 460 086)	–	–	–	(6 460 086)
31 de dezembro de 2017	**12 709 815**	**92 259 310**	**–**	**–**	**104 969 126**
Limite máximo fixado	20 000 000	–	–	–	
Apostas Desportivas à Cota					

(Cont.)

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (win for life)	Total
1 de janeiro de 2017	**609 066**	**5 000 000**	**–**	**–**	**5 609 066**
Reforços	1 004 278		–	–	1 004 278
Utilizações	(504 487)		–	–	(504 487)
31 de dezembro de 2017	**1 108 856**	**5 000 000**	**–**	**–**	**6 108 856**
Limite máximo fixado	2 000 000	5 000 000	–	–	
Totosorteio					
1 de janeiro de 2017	**134 903**	**294 431**	**7 137 988**	**–**	**7 567 322**
Reforços	510 596	705 569	14 377 427	–	15 593 592
Transferências	–	–	(2 000 000)	–	(2 000 000)
Utilizações	(183 272)	–	(8 000 000)	–	(8 183 272)
31 de dezembro de 2017	**462 227**	**1 000 000**	**11 515 415**	**–**	**12 977 641**
Limite máximo fixado	2 000 000	5 000 000	Não definido	–	
Lotaria Instantânea (win for life)					
1 de janeiro de 2017	**–**	**–**	**–**	**25 267 047**	**25 267 047**
Reforços	–	–	–	7 180 000	7 180 000
Utilizações	–	–	–	–	–
31 de dezembro de 2017	**–**	**–**	**–**	**32 447 047**	**32 447 047**
Limite máximo fixado	–	–	–	–	
Totais					
1 de janeiro de 2017	**18 351 929**	**89 787 417**	**31 002 262**	**25 267 047**	**164 408 655**
Reforços	11 085 551	9 574 926	20 861 172	7 180 000	48 701 649
Transferências	2 016 436	–	(2 016 436)	–	–
Utilizações	(10 316 773)	(604 235)	(13 678 989)	–	(24 599 997)
31 de dezembro de 2017	**21 137 144**	**98 758 108**	**36 168 009**	**32 447 047**	**188 510 307**

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (win for life)	Total
Totobola					
1 de janeiro de 2018	**191 318**	**74 820**	**–**	**–**	**266 137**
Reforços	56 918	–	–	–	56 918
Utilizações	(91 975)	–	–	–	(91 975)
31 de dezembro de 2018	**156 261**	**74 820**	**–**	**–**	**231 081**
Limite máximo fixado	748 197	74 820	–	–	
Totoloto					
1 de janeiro de 2018	**6 635 896**	**423 978**	**24 652 594**	**–**	**31 712 468**
Reforços	1 959 952	–	6 244 719	–	8 204 672
Transferências	16 017	–	–	–	16 017
Utilizações	(3 203 783)	–	(7 555 876)	–	(10 759 659)
31 de dezembro de 2018	**5 408 082**	**423 978**	**23 341 438**	**–**	**29 173 498**
Limite máximo fixado	24 939 895	423 978	Não definido	–	
Totogolo					
1 de janeiro de 2018	**29 032**	**–**	**–**	**–**	**29 032**
Reforços	–	–	–	–	–
Utilizações	–	–	–	–	–
31 de dezembro de 2018	**29 032**	**–**	**–**	**–**	**29 032**
Limite máximo fixado	748 197	74 820	–	–	
Joker					
1 de janeiro de 2018	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Reforços	–	–	–	–	–
Utilizações	–	–	–	–	–
31 de dezembro de 2018	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Limite máximo fixado	–	–	–	–	
Euromilhões					
1 de janeiro de 2018	**12 709 815**	**92 259 310**	**–**	**–**	**104 969 126**
Reforços	7 085 042	7 085 042			14 170 085
Utilizações	(7 040 663)	–	–	–	(7 040 663)
31 de dezembro de 2018	**12 754 195**	**99 344 352**	**–**	**–**	**112 098 547**
Limite máximo fixado	20 000 000	–	–	–	
Apostas Desportivas à Cota					

(Cont.)

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (*win for life*)	Total
1 de janeiro de 2018	**1 108 856**	**5 000 000**	**–**	**–**	**6 108 856**
Reforços	1 053 211	–	–	–	1 053 211
Utilizações	(726 326)	–	–	–	(726 326)
31 de dezembro de 2018	**1 435 741**	**5 000 000**	**–**	**–**	**6 435 741**
Limite máximo fixado	2 000 000	5 000 000	–	–	
Totosorteio					
1 de janeiro de 2018	**462 227**	**1 000 000**	**11 515 415**	**–**	**12 977 641**
Reforços	483 136	–	10 816 698	–	11 299 834
Utilizações	(317 016)	–	(8 008 998)	–	(8 326 014)
31 de dezembro de 2018	**628 347**	**1 000 000**	**14 323 115**	**–**	**15 951 461**
Limite máximo fixado	2 000 000	5 000 000	Não definido	–	
Lotaria Instantânea (win for life)					
1 de janeiro de 2018	**–**	**–**	**–**	**32 447 047**	**32 447 047**
Reforços	–	–	–	7 372 953	7 372 953
Utilizações	–	–	–	–	–
31 de dezembro de 2018	**–**	**–**	**–**	**39 820 000**	**39 820 000**
Limite máximo fixado	–	–	–	–	
Totais					
1 de janeiro de 2018	**21 137 144**	**98 758 108**	**36 168 009**	**32 447 047**	**188 510 307**
Reforços	10 638 260	7 085 042	17 061 417	7 372 953	42 157 673
Transferências	16 017	–	–	–	16 017
Utilizações	(11 379 763)	–	(15 564 874)	–	(26 944 637)
31 de dezembro de 2018	**20 411 658**	**105 843 150**	**37 664 552**	**39 820 000**	**203 739 360**

Os "Outros investimentos financeiros" referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2018 , tiveram um impacto positivo de 483 euros (2017: impacto negativo de 166 euros).

11. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2018 é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Consumíveis para jogo	286 673	387 994
Bilhetes de Lotaria Instantânea	2 811 360	2 604 739
Bilhetes de Apostas Mútuas	236 500	110 371
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota	296 357	47 969
Papel térmico	2 101 393	1 616 800
Papel térmico (em trânsito)	29 871	29 871
Imparidade de inventários	(10 765)	(10 765)
Total inventários	**5 751 391**	**4 786 979**

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 13.113.991 euros (2017: 13.140.029 euros).

Imparidade de inventários

Em 2018 não se registaram quaisquer alterações às imparidades de inventários, mantendo-se o saldo de 2018, que corresponde a 10.737 euros e a 28 euros de bilhetes de Apostas Mútuas e de Lotaria Instantânea, respetivamente.

12. Mediadores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a decomposição da rubrica de mediadores, é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Mediadores	36 465 546	35 290 334
Mediadores cobrança duvidosa	3 774 505	3 369 628
	40 240 051	**38 659 961**
Ajustamentos de Mediadores	(3 774 505)	(3 369 628)
Total Mediadores	**36 465 546**	**35 290 334**

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões, Totosorteio e Joker), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular), Lotaria Instantânea e Apostas Desportivas à Cota.

Os mediadores com maior volume são a "Casa Campião" e a "Casa da Sorte", cujos saldos brutos ascendem, respetivamente, a 3.733.715 euros e 2.975.063 euros em 31 de dezembro de 2018 (2017: 3.893.701 euros e 2.753.510 euros).

Os movimentos das imparidades são como se segue:

(euros)

	2018	2017
1 de janeiro	**3 369 628**	**1 392 593**
Aumentos	543 149	2 104 071
Utilizações	(127 828)	(95 708)
Reversões	(10 444)	(31 328)
31 de dezembro	**3 774 505**	**3 369 628**

13. Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

(euros)

	2018		2017	
	Devedor	**Credor**	**Devedor**	**Credor**
Impostos s/ rendimento – IRS e IRC	–	37 142	–	20 157
Imposto s/ valor acrescentado – IVA	716	–	1 657	–
Contribuições p/ segurança social	20 871	–	9 436	–
Imposto do selo	59 975	25 704 033	995 000	24 714 248
Total	**81 562**	**25 741 175**	**1 006 094**	**24 734 404**

14. Outros créditos a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a decomposição da rubrica "Outros créditos a receber", é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Pessoal	19 757	23 785
Outras créditos a receber		
Euromilhões - Primary Insurance	4 658 753	4 680 357
Euromilhões - *Pre-deposit amount*	5 352 390	5 482 633
Euromilhões (Saldo Inicial) - *Booster*	3 055 447	3 055 447
Euromilhões - *Mutual Insurance*	2 000 000	2 000 000
Adiantamentos a fornecedores	143 774	111 322
Outros	299 431	386 327
Devedores por acréscimos de rendimentos	660 365	365 327
Outras contas a receber	**16 189 917**	**16 105 198**

14.1. Pessoal

As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e a empréstimos concedidos.

14.2. Outros créditos a receber

Euromilhões – *Primary Insurance*: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do Jogo Euromilhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média semanal de vendas de jogo do último semestre e se destina a cobrir eventuais falhas técnicas;

Euromilhões – *Pre-deposit Insurance*: Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance* é calculado em função do valor tot al das transferências de todos os operadores de lotarias que exploraram o Euromilhões nos últimos doze meses que antecederam a fixação do valor em causa, sendo este dividido pelo correspondente número de sorteios (excluindo aqueles em que tenha havido um super jackpot mínimo garantido), por forma a obter-se a média semanal que será multiplicada por 2,2 vezes o valor total apurado. A este resultado será aplicada a percentagem do *cost sharing*, que corresponde a peso relativo das vendas de cada lotaria nos últimos 6 meses. Este fundo destina-se a cobrir eventuais falhas nas transferências semanais de cada membro.

Euromilhões - Saldo Inicial – *Prize Guarantee Fund*: O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004,

registados na rubrica de "Prémios a pagar". Este Fundo varia consoante o ciclo de acumulação de jackpot's, sendo de 4,8% do valor destinado a prémios (50% das vendas totais) para ciclos de acumulação de 1 a 6 e de 21% para ciclos de acumulação de 7 em diante.

Euromilhões – *Mutual Insurance*: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de jogo e para garantia de obrigações não cobertas pelos restantes fundos;

Adiantamentos a fornecedores: no valor de 143.774 euros (2017: 111.322 euros);

Outros: O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício ex-sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Ulteriormente, esta situação tem que ser objeto de apropriada resolução jurídica.

14.3.Devedores por acréscimos de rendimentos

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Juros a receber	571 654	289 494
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	6 010	6 010
Lotaria Nacional	61 332	69 823
Totobola	21 369	–
Total	**660 365**	**365 327**

Juros a receber: Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos obrigatórios do Departamento de Jogos;

A rubrica Lotaria Nacional diz respeito a especialização referente a prémios;

A rubrica Totobola diz respeito a vendas do Totobola Extraordinário, que ocorreram em 2019.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. Diferimentos – gastos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – gastos a reconhecer, os seguintes saldos:

(euros)

	2018	2017
Especialização da remuneração dos Mediadores pagas para Apostadores	1 132 807	1 014 633
Outros	303 060	196 600
Gastos a reconhecer	**1 435 867**	**1 211 233**

Na rubrica Especialização da remuneração dos mediadores pagas pelos apostadores, os valores reconhecidos respeitam às remunerações relativas às apostas cujas vendas são antecipadas. Estes valores discriminam-se pelos jogos sociais da seguinte forma: 808 mil euros – Lotaria Clássica; 192 mil euros – Lotaria Popular; 91 mil euros – Euromilhões; 25 mil euros – Apostas Desportivas à Cota; 11 mil euros – Totoloto; e 6 mil euros – Totosorteio.

Na rubrica Outros encontram-se registados valores relativos a rendas e a investimentos e encargos referentes ao alargamento do portefólio de jogos, bem como outros gastos incorridos referentes a períodos subsequentes.

16. Fundo social

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como "Fundo social" refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

17. Outras variações no capital próprio

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se aos movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, correspondentes às variações do FREM:

Anexo

(euros)

	2018	2017
Totobola		
1 de janeiro	**191 318**	**222 506**
Adições	56 918	75 849
Utilizações	(91 975)	(107 037)
31 de dezembro	**156 261**	**191 318**
Totoloto		
1 de janeiro	**6 635 896**	**5 674 719**
Adições	1 959 952	2 006 631
Transferências	16 017	2 016 436
Utilizações	(3 203 783)	(3 061 890)
31 de dezembro	**5 408 082**	**6 635 896**
Totogolo		
1 de janeiro	**29 032**	**29 032**
Adições	–	–
Utilizações	–	–
31 de dezembro	**29 032**	**29 032**
Euromilhões		
1 de janeiro	12 709 815	11 681 704
Adições	7 085 042	7 488 198
Utilizações	(7 040 663)	(6 460 086)
31 de dezembro	**12 754 195**	**12 709 815**
Apostas Desportivas à Cota		
1 de janeiro	**1 108 856**	**609 066**
Adições	1 053 211	1 004 278
Utilizações	(726 326)	(504 487)
31 de dezembro	**1 435 741**	**1 108 856**

(euros)

(Cont.)	2018	2017
Totosorteio		
1 de janeiro	**462 227**	**134 903**
Adições	483 136	510 596
Utilizações	(317 016)	(183 272)
31 de dezembro	**628 347**	**462 227**
Total do Fundo renovação do equipamento	**20 411 658**	**21 137 144**
Valor líquido dos investimentos financiados pelo Fundo		
1 de janeiro	**16 127 763**	**15 028 917**
Investimentos	7 804 322	5 331 107
Regularização por resultados	(5 130 265)	(4 232 261)
31 de dezembro	**18 801 820**	**16 127 763**
Valor líquido dos gastos financiados pelo Fundo		
1 de janeiro	**–**	**–**
Gastos	3 575 442	4 985 665
Regularização por resultados	(3 575 442)	(4 985 665)
31 de dezembro	**–**	**–**
Totais		
1 de janeiro	**37 264 907**	**33 380 846**
Adições	10 638 260	11 085 551
Utilizações	(11 379 763)	(10 316 773)
Investimentos	7 804 322	5 331 107
Gastos	3 575 442	4 985 665
Regularização por resultados	(8 705 707)	(9 217 927)
Transferências	16 017	2 016 436
31 de dezembro	**39 213 478**	**37 264 907**

Os valores apresentados correspondem às rubricas dos Fundos de renovação de equipamento e material, que representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo (ver Nota 10 – Outros investimentos financeiros).

O valor das adições resulta de retenções efetuadas para o Fundo de renovação de equipamento e material, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo, no caso dos Jogos cujo fundo se encontrava integralmente constituído, valores referentes à reposição do Fundo devido a investimentos efetuados e a gastos de projetos durante o período.

As utilizações correspondem, a investimentos e gastos necessários ao desenvolvimento e arranque de projetos financiados pelo fundo de Renovação do Equipamento e Material.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de investimentos e de gastos financiados pelo Fundo.

As transferências correspondem:

› Ao reembolso do montante utilizado do Fundo renovação de equipamento e material para constituição inicial do Fundo que garante um montante mínimo para o primeiro prémio do Totoloto e também para assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte"), conforme previsto no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e Portaria n.º 102/2011, de 11 de março;

› Ao reembolso do montante utilizado do Fundo renovação de equipamento e material para constituição inicial do Fundo que garante um montante mínimo para o primeiro prémio do Totosorteio, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto.

18. Resultados

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril, todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos Beneficiários dos jogos sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do Fundo de renovação de equipamento e material.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 2018 é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Resultado distribuído	733 017 846	717 889 849
Resultado retido (constituição Fundo de renovação de equipamento e material)	10 638 260	11 085 551
Resultado líquido do período	**743 656 106**	**728 975 400**

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos Beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

A distribuição pelos Beneficiários é a seguinte:

(euros)

	Beneficiários	2018	2017
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Proteção Civil	19 059 917	19 441 390
	Secretaria-Geral do MAI (Sinistralidade rodoviária, prevenção da criminalidade e riscos sociais)	2 085 802	2 105 566
	Secretaria-Geral do MAI (Policiamento de espetáculos desportivos)	4 746 998	4 842 801
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E.P.E.		15 679 479	16 002 300
Presidência do Conselho Ministros	Fundo de Fomento Cultural	23 592 236	24 099 042
	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	4 314 360	4 450 640
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	229 006 700	233 928 354
	Fundação INATEL	8 199 360	8 352 077
Ministério da Saúde		112 921 017	115 385 003
Ministério da Educação	Desporto escolar e infraestruturas desportivas escolares	6 832 800	7 018 552
	Estudantes do ensino secundário	3 380 438	3 439 091
	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	63 796 778	65 147 994
Direção Regional de Juventude e Desporto – Madeira		–	1 403 710
Fundo Regional do Desporto – Açores		–	1 403 710
Governo Regional da Madeira		17 765 281	–
Governo Regional dos Açores		17 117 963	–
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		190 743 017	194 835 017
Subtotal dos resultados a distribuir		**719 242 147**	**701 855 247**
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		2 759 088	2 389 880
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (a)		11 016 611	13 644 722
TOTAIS		**733 017 846**	**717 889 849**

(a)Estão incluídos neste montante:
– os prémios caducados da Lotaria Nacional, do Euromilhões, das Apostas Desportivas à Cota e do Totosorteio (2018: 9.844 mil euros; 2017: 12.350 mil euros);
– 4,7% do Resultado da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (2018: 1.128 mil euros; 2017: 1.209 mil euros);
– Coimas, ao abrigo da Lei n.º 30/2006, cabendo à SCML distribuir o montante das coimas na proporção de 35% para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e de 15% para o Estado (2018: 44 mil euros; 2017: 86 mil euros).

19. Provisões

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, o detalhe da rubrica de "Provisões" apresenta os seguintes valores:

(euros)

		Pagamentos de prémios							
	Processos judiciais	Joker	Totobola	Totoloto	Euromilhões	Apostas Desportivas à Cota	Totosorteio	Outras provisões	Total
1 de janeiro de 2017	**1 100 797**	**(776 924)**	**74 820**	**423 978**	**84 771 112**	**5 000 000**	**294 431**	**1 720 000**	**92 608 214**
Dotação	65 978	350 634	–	–	7 488 198	–	705 569	1 000 000	9 610 380
Transferência	–	1 030 525	–	–	–	–	–	–	1 030 525
Utilização	–	(604 235)	–	–	–	–	–	–	(604 235)
Reversão	(30 000)	–	–	–	–	–	–	–	(30 000)
31 de dezembro de 2017	**1 136 775**	**–**	**74 820**	**423 978**	**92 259 310**	**5 000 000**	**1 000 000**	**2 720 000**	**102 614 883**
Saldo corrente	–		–	–	–	–	–	–	–
Saldo não corrente	1 136 775	–	74 820	423 978	92 259 310	5 000 000	1 000 000	2 720 000	102 614 883
1 de janeiro de 2018	**1 136 775**	**–**	**74 820**	**423 978**	**92 259 310**	**5 000 000**	**1 000 000**	**2 720 000**	**102 614 883**
Dotação	5 048	–	–	–	7 085 042	–	–		7 090 090
Transferência	–	–	–	–	–	–	–		–
Utilização	–	–	–	–	–	–	–	(1 923 773)	(1 923 773)
Reversão	–	–	–	–	–	–	–	(796 227)	(796 227)
31 de dezembro de 2018	**1 141 823**	**–**	**74 820**	**423 978**	**99 344 352**	**5 000 000**	**1 000 000**	**–**	**106 984 973**
Saldo corrente	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo não corrente	1 141 823	–	74 820	423 978	99 344 352	5 000 000	1 000 000	–	106 984 973

19.1. Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais o Departamento de Jogos é réu.

19.2. Pagamentos de prémios

A constituição de provisões para pagamento de prémios de jogos sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos jogos sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Euromilhões, Totosorteio e Apostas Desportivas à Cota para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 4.13 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço das provisões para pagamento de prémios do Euromilhões, para a qual ainda não foi atingido o limite legal.

19.3.Outras provisões

Em 2018 foi efetuado um novo estudo atuarial com a revisão dos pressupostos nomeadamente a taxa anual de desconto que passou de 3,50% em 2017 para 1,80% em 2018. Após a atualização do estudo atuarial procedeu-se à reafectação/ajustamento das responsabilidades do Departamento de Jogos e a Santa Casa com o fundo de pensões, resultando numa utilização de provisões no montante de 1.923.773 euros e a reversão no montante de 796.227 euros.

20. Responsabilidades por benefícios pós–emprego e outros

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota–parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos–Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento de Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Impacto no balanço		
Complementos de pensões	(3 164 203)	(2 040 430)
	(3 164 203)	**(2 040 430)**
Impacto na demonstração dos resultados		
Complementos de pensões	–	(991 652)
	–	**(991 652)**

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2018, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, teve por base os seguintes pressupostos:

	2018	2017
Taxa anual de desconto	1,80%	3,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
Até 2020	0,00%	0,00%
Após 2020	1,25%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

Plano de pensões

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

(euros)

	2018	2017
Valor presente da obrigação	(12 331 391)	(15 595 971)
Justo valor dos ativos do plano	9 167 188	13 555 541
Impacto no balanço	**(3 164 203)**	**(2 040 430)**

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 2018 detalha-se como se segue:

(euros)

	2018	2017
1 de janeiro	**15 595 971**	**15 368 118**
Revisão % alocação	(4 255 280)	–
Custo dos juros	376 312	554 371
Pagamento de benefícios	(1 176 463)	(953 546)
Ganhos/ (perdas) atuariais	1 790 851	627 028
31 de dezembro	**12 331 391**	**15 595 971**

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 2018:

(euros)

	2018	2017
1 de janeiro	**13 555 541**	**14 319 340**
Revisão % alocação	(3 838 315)	–
Contribuições entregues	800 000	–
Ganhos/ (perdas) atuariais	(493 066)	(322 586)
Benefícios pagos	(1 176 463)	(953 546)
Retorno esperado dos ativos do fundo	319 491	512 333
31 de dezembro	**9 167 188**	**13 555 541**

O Fundo de Pensões, na sua totalidade era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2018:

(euros)

	2018	2017
Obrigações	33 439 504	37 476 697
Depósitos curto prazo	4 698 820	4 118 794
Produtos estruturados	55 292	94 835
Fundos investimento	18 823 531	18 473 120
	57 017 147	**60 163 446**

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como se segue:

(euros)

	2018	2017
Revisão % alocação	416 965	–
Custos dos juros	(376 312)	(554 371)
Ganhos / (perdas atuariais)	(2 283 917)	(949 614)
Retorno estimado dos ativos do plano	319 491	512 333
Utilização da provisão	1 923 773	–
Total incluído em gastos com pessoal	**–**	**(991 652)**

21.Prémios a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a decomposição da rubrica "Prémios a pagar" era como se segue:

(euros)

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Prémios a pagar	15 328 537	–	15 328 537	19 191 605	–	19 191 605
Euromilhões – 50%	32 988 817	–	32 988 817	18 982 100	–	18 982 100
Euromilhões – Prize Guarantee Fund	(17 925 223)	–	(17 925 223)	(18 982 100)	–	(18 982 100)
Euromilhões – Jackpot	(15 063 594)	–	(15 063 594)	(0)	–	(0)
Lotaria Instantânea	8 986 459	36 401 021	45 387 479	8 407 101	32 504 305	40 911 406
Fundo pagamento prémios Totoloto	–	23 341 438	23 341 438		24 652 594	24 652 594
Fundo pagamento prémios Totosorteio	–	14 323 115	14 323 115		11 515 415	11 515 415
Outros	35 112		35 112	292 207		292 207
Total prémios a pagar	**24 350 107**	**74 065 573**	**98 415 680**	**27 890 913**	**68 672 314**	**96 563 227**

Prémios a pagar: saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota e Lotaria Nacional e Lotaria Instantânea. Os prémios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Todos os prémios acima deste montante são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos;

Euromilhões – 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios;

EM – *Prize Guarantee Fund*: fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de jackpots, incluindo o 1.º prémio mínimo garantido;

Euromilhões – *Jackpot*: Saldo referente a pagamento de prémios de jackpot. Estas três contas referentes ao Euromilhões devem ser analisadas em conjunto;

Lotaria Instantânea: saldo referente aos prémios dos jogos "Pé de Meia", "Super Pé de Meia", "Mega Pé de Meia" e "Mini Pé de Meia", jogos em relação ao qual foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 14 anos;

Fundo para pagamento prémios do Totoloto: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1.º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte", conforme previsto na Portaria n.º 102/2011, de 11 de março;

Fundo para pagamento prémios do Totosorteio: fundo destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo, conforme Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto.

22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a decomposição da rubrica "Fornecedores" era como se segue:

(euros)

Descrição	2018	2017
Fornecedores gerais	7 121 750	8 027 261
Total saldo fornecedores	**7 121 750**	**8 027 261**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

(euros)

Entidade	2018	2017
TVI – Televisão Independente, S.A.	1 169 166	719 163
Fuel Publicidade, LDA	702 447	409 757
MEO – Serviços de Comunicações Multimédia, S.A.	676 653	689 243
IGT Global Solutions Corporation	519 005	592 656
National Lotteries Common Services	–	1 965 004
Global Notícias – Media Group, S.A.	382 903	563 455
Radiotelevisão Portuguesa, S.A.	286 471	178 003
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A.	275 681	409 215
Quinta Avenida – Publicidade e Comunicação, S.A.	273 000	121 758
HEWLETT-Packard Portugal, LDA	236 735	–
Cofina Media, S.A.	204 455	161 067
Albano R. N. Alves, Indústria de Transf. Papel, S.A.	142 098	226 754
Comite Olimpico de Portugal	137 760	–
JCDecaux Portugal Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.	118 481	110 700
Intervoz Publicidade, S.A.	115 400	101 711
MOP – Multimédia Outdoors, S.A.	107 728	–
NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.	104 380	–
Outros	1 669 387	1 778 775
Total	**7 121 750**	**8 027 261**

23. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a decomposição da rubrica "Outras dívidas a pagar" era como se segue:

(euros)

	2018	2017
Fornecedores investimentos	1 146 084	1 295 377
Outros credores		
Lucros – resultados antecipados	130 295 324	139 980 064
Beneficiários das deduções legais	8 018 437	6 286 399
Partes relacionadas	2 227 676	1 850 348
Cauções Mediadores (numerário)	10 649 509	10 664 232
Cartões portal	3 671 220	3 717 526
Vendas portal	414 695	75 461
Outros	345 237	52 253
Credores por acréscimos de gastos	38 434 676	38 444 004
Outras contas a pagar	**195 202 859**	**202 365 664**

Fornecedores investimentos: o saldo em aberto a 31 de dezembro de 2018 respeita a faturação pendente relativa à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis;

Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos Beneficiários dos jogos sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;

Beneficiários das deduções legais: conta-corrente com os beneficiários das deduções legais sobre receitas de Apostas Desportivas à Cota, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e na Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro;

Partes relacionadas: conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos (ver Nota 36.2 – Transações entre partes relacionadas);

Cauções Mediadores (numerário): saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos jogos sociais, requisito para o exercício da atividade, conforme disposto no Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho);

Cartões Portal: saldo corrente a favor dos apostadores dos jogos sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;

Vendas Portal: o saldo compreende o reconhecimento das vendas dos jogos sociais da última semana do ano civil;

Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como se segue:

(euros)

Credores por acréscimos de gastos	**2018**	**2017**
Remunerações a pagar	2 385 388	2 401 444
Prémios Lotaria Instantânea	33 095 328	32 781 483
Totobola	1 349	–
Outros credores por acréscimos de gastos	2 952 611	3 261 077
Total	**38 434 676**	**38 444 004**

Remunerações a pagar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;

Prémios Lotaria Instantânea: especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios apurados de acordo com o *payout*, o qual varia entre os 50% e 70% sobre o capital emitido, consoante o jogo;

Totobola: especialização de Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores, do Totobola Extraordinário, a realizar em 2019;

Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (publicidade, assistência a terminais de jogo, entre outros).

24. Diferimentos – rendimentos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer" os seguintes saldos:

(euros)

	2018	2017
Vendas antecipadas	17 597 386	16 395 580
Rendimentos a reconhecer	**17 597 386**	**16 395 580**

Vendas antecipadas: este saldo refere-se à especialização de vendas de jogos sociais, cujas extrações/sorteios/eventos apenas irão ocorrer após a data do Balanço, como é o caso da Lotaria de Ano novo e da Lotaria dos Reis.

25. Rédito

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Vendas brutas dos jogos sociais		
Totobola	5 638 734	7 527 924
Totoloto	97 074 127	99 613 805
Joker	–	17 531 242
Euromilhões	708 496 709	748 807 784
Lotaria Clássica	45 759 181	40 719 620
Lotaria Popular	22 797 525	22 802 913
Lotaria Instantânea	1 594 177 161	1 487 090 097
Apostas Desportivas à Cota	526 596 702	502 126 940
Totosorteio	96 626 204	102 118 152
Subtotal	**3 097 166 343**	**3 028 338 475**
Imposto do Selo	(133 370 799)	(130 406 917)
Prémios	(1 880 884 329)	(1 837 714 902)
Remunerações dos Mediadores pagas p/Apostadores	(235 842 961)	(227 241 685)
Deduções Legais sobre Receitas	(28 963 913)	(27 614 739)
Vendas líquidas dos jogos sociais	**818 104 340**	**805 360 232**
Outras vendas	**33 209**	**10 606**
Total	**818 137 549**	**805 370 838**

Vendas brutas dos jogos sociais: rendimentos das vendas efetuadas nos pontos de venda e Portal Jogos Santa Casa, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/ concurso/evento (ver Nota 4.20 – Rédito);

Imposto do Selo: efeito da incidência da taxa de Imposto do Selo de 4,5% sobre os jogos sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O Imposto do Selo encontra-se incluído no preço da aposta (ver Nota 4.20 – Rédito);

Prémios: valor de prémios de jogos sociais reconhecidos durante o período (ver Nota 4.20 – Rédito);

Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores: valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 4.20 – Rédito;

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota: valor das deduções efetuadas, conforme determinado no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril. Para efeito destas deduções considera-se a receita das vendas dos Bilhetes de Apostas registados, cujo resultado das apostas já é conhecido.

O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita:

- O montante correspondente a 2 % a atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta a repartir pelos clubes ou pelos praticantes, consoante o caso, e pela federação que organize o evento, incluindo as ligas se as houver.

Anexo

A Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro, estabelece as condições de atribuição do montante correspondente a 3,5 % da receita apurada, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 12.º do regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Nestes termos, a distribuição pelas entidades beneficiárias do valor das Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota é a seguinte:

(euros)

	2018	2017
Deduções Legais sobre Receitas		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	10 532 330	10 041 723
Federação Portuguesa de Futebol	11 434 756	10 945 008
Federação Portuguesa de Ténis	648 465	636 783
Liga Portuguesa de Futebol Profissional	4 076 823	4 439 648
Federação Portuguesa de Basquetebol	962 572	994 506
Comité Olímpico de Portugal	3 863	–
Federação de Andebol de Portugal	139 465	75 021
Federação Portuguesa de Voleibol	116 804	69 532
Federação Portuguesa de Rugby	50 423	35 192
Federação Portuguesa de Patinagem	18 582	–
A aguardar distribuição	979 830	377 325
Total	**28 963 913**	**27 614 739**

O montante "A aguardar distribuição", refere-se às modalidades de Hóquei no Gelo e Futebol Americano, para as quais se aguarda a identificação das entidades que cumpram os requisitos enquanto destinatárias desta receita.

26. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2017 e 2018 é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Bilhetes de Lotaria Instantânea	9 139 093	8 595 190
Bilhetes de Apostas Mútuas	276 302	518 715
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota	381 591	496 110
Papel térmico	2 977 601	3 185 104
Consumíveis para jogo	339 404	344 911
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**13 113 991**	**13 140 029**

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 2018 é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Existências iniciais	4 786 979	4 346 238
Compras	14 084 641	13 640 319
Regularizações	(6 239)	(59 549)
Existências finais	5 751 391	4 786 979
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**13 113 991**	**13 140 029**

27. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Comunicações e transmissão de dados	5 178 871	4 439 764
Conservação e reparação	6 088 951	4 486 966
Publicidade, patrocínios e comunicação institucional	28 126 415	21 480 748
Transporte de bens e valores	1 717 826	1 758 857
Rendas de edifícios	2 064 822	2 286 257
Trabalhos especializados	6 660 906	7 034 482
Licenças de *software*	1 175 973	1 241 382
Outros	3 408 104	3 406 025
Fornecimentos e serviços externos	**54 421 869**	**46 134 481**

O Departamento de Jogos goza de isenção de IVA, dada a atividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível pelo que se repercute em fornecimentos e serviços externos.

28. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2017 e 2018, foram como se segue:

(euros)

	2018	2017
Remunerações		
Órgãos sociais e Júris dos concursos, extrações e reclamações	261 733	260 348
Pessoal	14 421 316	14 976 122
Subtotal	**14 683 049**	**15 236 470**
Encargos sociais		
Benefícios de reforma	–	991 652
Encargos sobre remunerações	3 354 214	3 419 866
Gastos de ação social	38 447	18 987
Outros	740 821	135 558
Subtotal	**4 133 482**	**4 566 064**
Total	**18 816 532**	**19 802 534**

Nos períodos em análise, destacam-se:

Os gastos com pessoal, associados à imputação pelos serviços instrumentais, ascendem, em 2018, a 6.459.429 euros (2017: 6.517.984 euros).

O número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2018 não sofreu alterações face ao de ano anterior (2017: 351).

29. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é apresentada como se segue:

(euros)

	2018	2017
Prémios caducados	16 440 021	12 983 949
Correções relativas a períodos anteriores	11 327	261 641
Regularização dos gastos financiados pelo FREM	8 705 707	9 217 927
Outros	431 148	429 798
Total de Outros rendimentos	**25 588 203**	**22 893 315**

Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias no qual estes prémios podem ser reclamados.

Regularizações dos gastos financiados pelo FREM: depreciações e amortizações de investimentos e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo.

30. Outros gastos

A rubrica de outros gastos é apresentada como se segue:

(euros)

	2018	2017
Despesas bancárias	1 001 783	976 525
Outros	222 218	457 902
Total de Outros gastos	**1 224 001**	**1 434 428**

31. Juros e rendimentos similares obtidos

O detalhe dos juros e rendimentos similares do período em análise é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos (depósitos à ordem)	5	29
Juros obtidos (depósitos a prazo)	773 292	412 965
Outros financiamentos concedidos	512	–
Outros juros	(167 483)	(147 324)
Total	**606 327**	**265 670**

32. Juros e gastos similares suportados

Os gastos financeiros correspondem a reversões da atualização dos prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life*, acrescido do impacto da revisão em baixa dos pressupostos de cálculo dessa atualização.

O detalhe dos juros e gastos similares do período em análise é como se segue:

(euros)

	2018	2017
Juros e gastos similares		
Outros	759 566	2 743 713
	759 566	**2 743 713**

33. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2018:

(euros)

Rendas vincendas	< 1ano	1 – 5 anos	> 5 anos	Total
Viaturas	223 561	468 317	–	691 878
	223 561	**468 317**	**–**	**691 878**

34. Matérias ambientais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2018 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

35. Partes relacionadas

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que atua sob a Tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

35.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos, das extrações e das reclamações e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 261.733 euros.

(euros)

	2018	2017
Vencimentos	70 248	59 759
Remunerações dos Júris dos concursos, extrações e reclamações	191 485	200 589
Total	**261 733**	**260 348**

35.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidades Contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA);

Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (CMRA)

(b) Saldos devedores e credores

No final dos períodos de 2017 e 2018, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços a terceiros, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

(euros)

	2018		2017	
	Saldo devedor	**Saldo credor**	**Saldo devedor**	**Saldo credor**
Outras contas a pagar / receber				
Referentes a remunerações	–	1 798 219	–	856 490
Referentes à aquisição de bens e serviços	–	159 670	–	373 237
Referentes a Impostos	–	240 426	–	567 161
Referentes a juros	–	29 361	–	53 459
Distribuição de Resultados e de Deduções legais sobre receitas				
Santa Casa	–	34 505 751	–	38 633 205
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão	–	374 900	–	409 021
	–	**34 880 651**	**–**	**39 042 226**
TOTAL	**–**	**37 108 327**	**–**	**40 892 573**

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O vice-Provedor,

(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)